

**“Movimento feminista e produção de subjetividade”**

**Leituras da imprensa feminista brasileira sobre sexualidade e relações de gênero (1981-1988).**

## **Resumo**

O objetivo desta pesquisa é apresentar o movimento feminista de “Segunda Onda” no Brasil e sua conseqüente repercussão nos processos de produção de subjetividade da sociedade brasileira, tendo como foco principal as questões relacionadas à sexualidade e relacionamentos, de acordo com as leituras feitas de tais temas pela imprensa feminista.

**PALAVRAS CHAVE:** Movimento feminista – imprensa feminista-sexualidade-subjetividade.

LINDALVA TRAJANO DA SILVA

**“Movimento feminista e produção de subjetividade”**

**Leituras da imprensa feminista brasileira sobre sexualidade e relações de gênero (1981-1988).**

Monografia apresentada ao curso de  
História como requisito parcial para  
obtenção do Título de Licenciado  
em História, do Instituto Multidisciplinar  
da Universidade Federal Rural Do Rio de Janeiro

Orientador: Professor DrºLeandro Pinheiro Chevitarese.

Nova Iguaçu

2014

## **Banca Examinadora**

---

Professor Dr. Leandro Pinheiro Chevitarese (Orientador) -UFRRJ

---

Professora: Cássia Maria Baptista de Oliveira- UFRRJ

---

Professora: Vanessa Fonseca- ENSP- escola nacional de saúde pública (FIOCRUZ)

## **Agradecimentos**

Agradeço ao apoio financeiro da CAPES durante minha graduação, do qual fui bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) desde 2013. Agradeço especialmente ao meu coordenador de área, Jean Rodrigues Sales por ter confiado em mim para participar deste projeto.

Agradeço às componentes da banca examinadora: professoras Cássia Baptista de Oliveira e Vanessa Fonseca, pelo interesse em conhecer o trabalho.

Agradeço aos meus professores pelo profissionalismo. Sinto-me grata à instituição UFRRJ de modo geral. Sempre fui bem acolhida aqui.

Agradeço à professora Surama Conde e à colega Laís Medeiros por algumas importantes sugestões bibliográficas para esta pesquisa.

Agradeço aos meus colegas de curso, em especial ao grupo que sempre me foi mais próximo: Juliana Abrahão, Bruna Oliveira, Daniele Maria Pereira, Maria Lenice Rocha, Raphaela Machado, Wander Lopez de Oliveira e Nathalia Rocha. Agradeço todo o apoio e amizade que me forneceram. Com vocês compartilhei conhecimentos, alegrias e ansiedades. Nunca os esquecerei.

Agradeço aos familiares que me apoiam e torcem por mim: irmãos, primos, tios etc. Em especial minha prima Leila e seu marido Ricardo.

Agradeço especialmente ao meu orientador Leandro Chevitaese, por toda a ajuda e orientação concedidas desde o meu primeiro período na graduação. Sempre solícito, sua paciência e dedicação me ajudaram a tornar esse trabalho possível.

Agradeço aos meus pais, Leonardo e Josefa, por todo o apoio fundamental que sempre me forneceram e por serem os maiores entusiastas da minha formação.

Agradeço ao meu filho Breno, pois sua simples presença em minha vida me tornou uma pessoa melhor e é a minha melhor motivação para viver.

E acima de tudo agradeço a Deus, por ter colocado cada uma dessas pessoas em minha vida e por ter me possibilitado essa conquista.

*Dedico essa monografia ao meu filho Breno Trajano Tourinho.*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I: CONTRACULTURA, FEMINISMO E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE.....	5
1.1.As Questões Feministas no contexto da Contracultura .....	5
1.2 O Contexto de surgimento da Contracultura e a proposta de Herbert Marcuse: uma nova articulação entre sexualidade e política.....	12
1.3 Produção de Subjetividade e Relações de Poder: Foucault e as tendências “pós- estruturalistas”.....	19
CAPÍTULO II: MOVIMENTO FEMINISTA DE “SEGUNDA ONDA” NO BRASIL.....	30
2.1-Movimento feminista durante a ditadura - o feminismo “bem-comportado” ou o feminismo “bom para o Brasil”.....	30
2.2. Feminismo e redemocratização.....	39
2.3-1 O “Feminismo acadêmico”.....	41
CAPÍTULO III: SEXUALIDADE E SUBJETIVIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA NAS PÁGINAS DE MULHERIO.....	43
3.1. Imprensa feminista no Brasil.....	43
3.2. Mulherio.....	45
3.3. Sexualidade e relações de gênero em <i>Mulherio</i> .....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65
RELAÇÃO DAS FONTES .....	68
FIGURAS.....	70

## Introdução

A temática da sexualidade começou a ser abordada com mais ênfase no contexto social e nas discussões teóricas na segunda metade do século XX, quando começaram vários movimentos de contestação na sociedade ocidental, que trouxeram uma articulação entre sexualidade e política. Tais movimentos denunciavam o fato da sexualidade humana ser permeada por relações de poder, que legitimavam determinadas categorias sexuais colocando outras em posição de marginalidade ou subjugação. A sexualidade articula várias dimensões da vida humana, pois expressa tanto elementos íntimos e subjetivos quanto elementos sociais, éticos e políticos. Mesmo com todos os avanços das discussões sobre o tema, ainda persistem muitas questões, o que torna necessária a inserção de tal debate no cenário contemporâneo.

Seguindo o pensamento do teórico Michel Foucault, o processo de produção de subjetividade dos indivíduos se dá por meio de disseminação de saberes por meio de diversas relações de poder presentes na sociedade. Por meio de técnicas de coerção, disciplinas e vigilância, tais saberes moldam nossa subjetividade. Os diversos saberes sobre os indivíduos determinam o comportamento “normal” e “anormal”. A normalização dos indivíduos produz exclusão e situações de sujeição, que podem ser observadas em vários setores e grupos da sociedade. Foucault compreende a sexualidade dos indivíduos como importante instrumento de subjetivação forjada por meio desta dinâmica saber-poder. Neste caso, ao produzir-se uma “verdade” acerca da “normalidade sexual”, cada sexo e faixa etária teria uma sexualidade “normal” e adequada e comportamentos correspondentes. Tal naturalização das sexualidades dos indivíduos justificam as situações de subjugação e inadequação de determinados grupos. Uma das mais antigas dessas situações e ainda presente em nossa sociedade é a dominação feminina pelo sexo masculino e o domínio de uma epistemologia heteronormativa masculina em todos os campos de saber. De acordo com os discursos dessa epistemologia heteronormativa, a condição subordinada da mulher é algo natural predeterminado por sua biologia, mas na verdade é uma identidade construída culturalmente por esse discurso, que se exerce nas relações sociais e sexuais e que é imposto às mulheres por meio de práticas disciplinares.

As relações de poder desiguais entre os sexos perduraram como algo naturalizado até pouco tempo, quando começaram a ser contestadas de uma forma mais abrangente por meio do movimento feminista, a luta específica das mulheres.



O movimento feminista é considerado um dos movimentos sociais mais bem sucedidos do século passado, que provocou profundas modificações na organização da sociedade e modificou a forma de se pensar a identidade da mulher modificando profundamente sua condição de uma geração a outra. Porém há uma tendência de naturalização das conquistas do movimento feminista, o que faz com que as novas gerações não lhe deem muita relevância. Ainda hoje muitas jovens mulheres se recusam a reconhecer a importância do movimento feminista, ainda predominando em alguns casos o estereótipo de mulher masculinizada, mal-amada, que havia em relação as feministas. O feminismo também é acusado de ser uma ideologia que coloca a mulher no papel de vítima ou que deseja reivindicar não direitos, mas privilégios. Isso provém do desconhecimento da história do movimento, pois mesmo tendo sido (e sendo) tão importante na sociedade, quase não é abordado nos livros escolares e mesmo na Universidade, ficando restrito a áreas que pesquisam gênero e história das mulheres. Por outro lado, atualmente essa rejeição do feminismo tem diminuído com uma adesão cada vez maior de jovens e até mesmo homens ao movimento que tem se revitalizado ao abordar a luta por direitos de minorias, incorporando a luta de outros grupos discriminados, como os transexuais. A justificativa seria que todo o preconceito viria das mesmas fontes: formas de saber e organização da sociedade baseadas no machismo e numa epistemologia heterossexual, branca e colonialista.

Apesar de terem avançado tanto algumas reivindicações ainda são as mesmas do feminismo dos anos 70: liberdade, fim da violência contra a mulher, equidade salarial e principalmente direitos reprodutivos, sendo o aborto ainda em alguns países como o Brasil uma das frentes de luta em que se encontra mais resistência. A modificação nas relações entre os gêneros. No presente trabalho será feita uma reflexão sobre a chamada “Segunda Onda”<sup>1</sup> do feminismo quando começaram as críticas sobre a desigualdade entre os sexos e ao papel feminino e sua sujeição ao sexo masculino, numa reivindicação pela liberdade física e sexual das mulheres e não apenas a busca por seus direitos como cidadãs como ocorreu na primeira onda feminista. Tendo como ponto de partida, as influências dos movimentos de contracultura e de contestação que ocorreram na Europa e Estados Unidos nos anos sessenta. Inicialmente,

---

<sup>1</sup>A expressão “primeira e segunda onda” do feminismo foram termos criados por Maggie Humm e Rebecca Walker. Segundo as autoras, a história do feminismo pode ser dividida em três "ondas". A primeira teria ocorrido no século XIX e início do século XX, a segunda nas décadas de 1960 e 1970, e a terceira teria ido da década de 1990 até a atualidade. In: .Humm, Maggie. *The dictionary of feminist theory*. Columbus: Ohio State University Press, 1990- Walker, Rebecca. *Becoming the Third Wave*. [S.l.: s.n.], 1992.

será feito um breve histórico do movimento feminista no mundo. Serão abordadas as principais influências teóricas que articulam sexualidade e política desenvolvidas no período, e sua influência na teoria feminista, com ênfase na influência do pensamento de Michel Foucault. A seguir, será analisado as repercussões do feminismo de “Segunda Onda” no Brasil e como se desenvolveu o movimento feminista brasileiro.

O trabalho pretende abordar a articulação entre sexualidade e política na produção de novas formas de subjetividade, abordando especificamente a experiência feminina brasileira a partir das modificações implementadas pelo movimento feminista e a repercussão desse feminismo na sociedade brasileira. O objetivo é verificar se o movimento feminista apresentou a possibilidade de novas formas de vida não apenas para as mulheres, mas também para os homens, antes não consideradas, questionando na verdade toda a forma de organização da sociedade.

Como forma de se atingir tal objetivo, foi feita uma análise de bibliografia sobre feminismo no país e no mundo para fazer um apanhado dos principais acontecimentos, análise das principais teorias feministas relacionadas a relações de gênero. Considerando que a compreensão dos processos de produção de subjetividade na sociedade brasileira é um trabalho muito extenso e devido às limitações da pesquisa, um trabalho monográfico, decidimos concentrar a pesquisa em um veículo específico. Considerando que a imprensa feminista era um canal de legitimidade do discurso do movimento feminista, o veículo escolhido foi um periódico feminista da década de oitenta, o jornal *Mulherio*, publicado de 1981 a 1988. O jornal foi uma criação da Fundação Carlos Chagas, que buscava principalmente a divulgação das pesquisas sobre estudos da mulher que cresciam muito no país naquele período. A Fundação era financiada pela Multinacional Ford, que tinha interesse no acompanhamento e no incentivo a essa produção sobre mulheres no Brasil. É considerado o jornal feminista mais importante da década e tinha alcance nacional. A fonte foi escolhida, pelo fato de se tratar de um jornal feminista e, portanto analisava especificamente a situação das mulheres e o desenvolvimento das relações entre os sexos. Tornava-se assim, apropriada para os objetivos propostos. Além de uma análise, a partir do jornal *Mulherio*, da produção de subjetividade na sociedade brasileira relacionada a questões de gênero, o documento escolhido possibilita uma compreensão das leituras feitas pelo ambiente acadêmico feminista brasileiro acerca deste tema,, considerando que o jornal é produto de uma fundação de

pesquisa sobre estudos da mulher e do feminismo e tendo seu corpo editorial formado por pesquisadoras.

A metodologia aplicada em relação à fonte foi a leitura das edições jornal, do qual foi feita uma triagem das reportagens que abordavam sexualidade e relacionamentos. Ao longo da pesquisa, como foi verificado que o jornal trabalhava as questões sobre aborto e planejamento familiar de forma intimamente relacionada com as questões sobre sexualidade feminina e com as formas de subjetivação decorrentes, as matérias sobre esses temas foram incluídas posteriormente na análise. Além de alcançar os objetivos iniciais, procuramos com essa monografia contribuir para os estudos sobre feminismo e sobre a imprensa feminista no Brasil.

# 1. Contracultura, Feminismo e Produção de Subjetividade.

## 1.1 As Questões Feministas no contexto da Contracultura

O movimento feminista teria se iniciado em fins do século XIX, na que ficou conhecida como “Primeira Onda”<sup>2</sup> do feminismo. A “Primeira Onda” tinha como foco sobretudo a busca do reconhecimento da cidadania feminina, expressa basicamente pela reivindicação ao direito de voto para as mulheres<sup>3</sup>. Com a conquista do sufrágio e o período entre as duas grandes guerras houve um momento de desmobilização do feminismo. O avanço do medo em relação ao comunismo, que surge logo após a revolução bolchevique, fez com que o feminismo fosse visto com desconfiança, como algo “subversivo”. O feminismo também foi culpado pela queda da natalidade desde o início do século XX, pois ao se emanciparem as mulheres teriam abandonado aquilo que seria seu “lugar natural”: o lar. (GARCIA, 2011.p.79). Com a ascensão do nazi-fascismo, a necessidade de ter mulheres nos postos de trabalho enquanto os homens estavam na guerra, abafou as discussões sobre igualdade. Com o fim dos conflitos, houve a necessidade das mulheres serem redirecionadas ao lar, a partir do que surge um retorno aos valores tradicionais da família. A imagem da mulher como “rainha do lar” voltou a ser reforçada pela mídia. Há novamente uma desvalorização do trabalho feminino.

Nesse contexto surge Simone de Beauvoir, que em sua obra *O Segundo Sexo*, lançada em 1949, defende a ideia de que o homem tem sido sempre considerado “a medida de todas as coisas” e o “centro do mundo”: eis o androcentrismo. Para Beauvoir, os homens são os detentores do poder e produtores da cultura, daí derivaria a subordinação feminina. A obra de

---

<sup>3</sup> Depois das revoluções burguesas, mesmo tendo lutado junto aos homens pelo fim do antigo regime, como ocorreu na França, quando houve o triunfo dos ideais liberais, as mulheres não foram beneficiadas como cidadãs, ficando na dependência jurídica de esposos, pais e irmãos - o que tornou necessária uma luta específica pela emancipação política feminina. Nos Estados Unidos lutaram pela independência do país, mas depois suas reivindicações de cidadania foram negadas. Posteriormente houve a luta pelo sufrágio feminino, que foi longa (nos EUA e Inglaterra duraram cerca de sete décadas) e por vezes violenta, com protestos e agressões (na Inglaterra sufragistas que foram presas e fizeram greve de fome na prisão eram alimentadas a força por um tubo). A Inglaterra conseguiu o direito ao voto feminino em 1918 e nos EUA em 1919. No Brasil, depois de quarenta anos de luta desde a Constituinte de 1891, o direito ao voto feminino foi conquistado em 1932, sendo a mais famosa atuante da campanha Bertha Lutz. Cinco anos antes com a autorização da justiça do Rio Grande do Norte Celina Guimarães Vianna se tornou a primeira eleitora registrada. Ver o segundo capítulo de “*O que é feminismo*”. (ALVES, Branca Moreira. – PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo? Ed. Brasiliense. São Paulo, 1982)

Simone de Beauvoir foi responsável pela nova caracterização do feminismo e pelo seu “ressurgimento”. Agora, além das reivindicações pelo fim das desigualdades políticas, trabalhistas e civis surgia a questão da desigualdade cultural e das relações de poder entre os sexos.

Segundo Beauvoir em *O Segundo Sexo*, a mulher é condicionada a ter um papel submisso, a desigualdade entre os sexos teria raízes culturais. Na verdade, a própria ideia de que exista uma natureza “feminina” essencial é questionada pela autora. Suas análises foram o guia do ressurgimento do feminismo no pós-guerra, mas cabe ressaltar que *O Segundo Sexo* não é uma obra voltada exatamente para a militância. Trata-se de um trabalho de investigação no qual a autora analisa vários campos da ciência como biologia e psicanálise para compreender o motivo da situação de inferioridade feminina e ao mesmo tempo questionar a epistemologia dessas ciências que se baseiam num ponto de vista masculino, denunciando que a cultura é uma produção masculina da qual a mulher é excluída.

A autora investiga se o questionamento acerca do fato da feminilidade (a ideia de que não exista uma natureza feminina, um eterno feminino) pode significar que a palavra “mulher” não tenha nenhum conteúdo? A “mulher” não existe? Segundo a autora é o que afirmam os partidários da filosofia das luzes, do racionalismo, do nominalismo: as mulheres, entre os seres humanos, seriam apenas os designados arbitrariamente pela palavra “mulher”. Mas Beauvoir diz que todo ser humano se situa dentro de uma identidade (ser negro, ser judeu, ser mulher) e que simplesmente negá-la é uma fuga e não uma libertação. Diante dessa dificuldade em negar a existência da mulher e, portanto, admitindo-a, a autora se pergunta o que seria a mulher, já que o 'eterno feminino' e a função da fêmea não serve para defini-la. Trata-se de uma questão eminentemente feminina, pois não se aplica aos homens já que segundo Beauvoir:

"Se quero definir-me, sou obrigada inicialmente a declarar: "Sou uma mulher". Essa verdade constitui o fundo sobre o qual se erguerá qualquer outra afirmação. Um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é natural" (BEAUVOIR, 1970, p.9).

O homem não é um ser singular como a mulher, é como se o masculino definisse um tipo humano absoluto. O sujeito universal através do qual a mulher é definida. “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o

inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 1970, p.10).

Por meio de conceitos formulados em estudos antropológicos, a autora prossegue dizendo que o sentimento de alteridade é essencial em qualquer coletividade, os habitantes de uma tribo, por exemplo, consideram todos os “estrangeiros” de forma hostil, eles são os “Outros”. Se define colocando esse outro diante de si, nunca o afirmando como sujeito perante si, mas como um objeto. O sujeito só se impõe se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial fazendo do outro o inessencial, o objeto. Porém há uma reciprocidade nesse sentimento: o índio e o branco se consideram mutuamente como "o outro", mas entre os sexos não há essa reciprocidade. As mulheres não contestam a soberania masculina, como acontece nas outras relações de alteridade. Nenhum povo aceita passivamente sua posição de “inessencial” e de submissão como as mulheres pareceram sempre fazer. Ao contrário de outros grupos humanos subjugados, nunca houve um acontecimento histórico que justificasse a subordinação feminina. O principal problema é que as mulheres não são uma comunidade como pode-se dizer dos operários que assim podem se unir e afirmar-se como sujeito. São um grupo heterogêneo, que não pode eliminar seu opressor, o laço que a une a seu opressor não se pode comparar a nenhum outro. “Isso é que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro” (BEAUVOIR, 1970, p. 14)

Mas mesmo sendo necessários um ao outro homem e mulher, isso na prática não é recíproco. O fato de a mulher ser necessária ao homem não aumenta seu status perante ele. Beauvoir diz que isso se deve a uma cumplicidade da própria mulher. Recusar ser o Outro implicaria recusar a todas as vantagens advindas da sua posição subordinada, pois:

“Efetivamente, ao lado da pretensão de todo indivíduo de se afirmar como sujeito, que é uma pretensão ética, há também a tentação de fugir de sua liberdade e de constituir-se em coisa. É um caminho nefasto porque passivo alienado, perdido, e então esse indivíduo é preso de vontades estranhas, cortado de sua transcendência, frustrado de todo valor. Mas é um caminho fácil: evitam-se com ele a angústia e a tensão da existência autenticamente assumida.” (BEAUVOIR, 1970, P.15).

A mulher não se afirma como sujeito por não possuir meios concretos para isso não reclamando a reciprocidade masculina muitas vezes se comprazendo em seu papel subordinado.

Beauvoir passa a analisar como tudo isso teria começado, porque o mundo sempre pertenceu aos homens e só há pouco tempo as coisas começaram a mudar. A posição privilegiada masculina teria origem cultural, já que os homens sempre foram os produtores da cultura e da legislação na nossa sociedade, produzindo teorias que justificavam a situação inferior da mulher principalmente no campo religioso que mesmo atualmente dá respaldo para opiniões favoráveis a um “natural” papel feminino submisso, visto que os homens tiram inúmeros proveitos da situação de alteridade feminina. A própria mulher internaliza esse papel subordinado, num aprendizado que acontece desde a mais tenra infância. Na própria cultura a menina vê a confirmação desse papel inferior e subordinado da mulher

Tudo contribui para confirmar essa hierarquia aos olhos da menina. Sua cultura histórica, literária, as canções, as lendas com que a embalam são uma exaltação do homem. São os homens que fizeram a Grécia, o Império Romano, a França e todas as nações, que descobriram a terra e inventaram os instrumentos que permitem explorá-la, que a governaram que a povoaram de estátuas, de quadros e de livros. (...) (BEAUVOIR, 1970. p. 30)

A ideia de que homens e mulheres têm papéis pré-definidos pela natureza, mascara na verdade uma relação de poder entre os sexos que concede ao homem a posição de mando. O masculino e feminino na verdade seria um aprendizado no processo de socialização, a menina aprende a ser doce, tímida e passiva.

Assim, a passividade que caracterizará essencialmente a mulher "feminina" é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade. A imensa possibilidade do menino está em que sua maneira de existir para outrem encoraja-o a pôr-se para si. Ele faz o aprendizado de sua existência como livre movimento para o mundo; rivaliza-se em rudeza e em independência com os outros meninos, despreza as meninas (BEAUVOIR, 1967,p. 21)

O menino aprende a ser ativo e independente e a menina a ser frágil e dependente. Como se tais características fossem “naturais” em cada sexo, algo biológico e não social

aprendizado que torna difícil para a mulher se desligar desse papel subordinado que lhe é atribuído, aceitando como próprio uma posição inferior e submissa. Além disso, desde tenra idade ocorre todo um processo de aprendizagem sobre o papel feminino adequado;

A menina constata que o cuidado das crianças cabe à mãe, é o que lhe ensinam; relatos ouvidos, livros lidos, toda a sua pequena experiência o conforma; encorajam-na a encantar-se com essas riquezas futuras, dão-lhe bonecas para que tais riquezas assumam desde logo um aspecto tangível. Sua "vocação" é-lhe imperiosamente ditada. (BEAUVOIR, 1967, p. 24)

Por isso, Beauvoir começa o segundo volume de sua obra *O segundo sexo* com a seguinte frase: “não se nasce mulher, torna-se mulher” Se a hierarquia sexual não é uma fatalidade biológica e sim fruto de um processo histórico e de aprendizado, pode ser combatida e superada.

A análise de Beauvoir delinea os fundamentos da reflexão feminista que surgirá a partir de 1960. Ainda que nunca tenha utilizado o conceito, sua reflexão dá a base para os estudos de gênero posteriores, influenciando autoras como Juliet Michel, Kate Millett e Shulamith Firestone.

No caso do movimento feminista, a mobilização se caracteriza pelo esforço em reverter o sistema de opressão que se faz presente por meio das relações de poder existente entre os sexos. Tal dinâmica de poder mantém as mulheres em uma situação de subordinação através da imposição de papéis sexuais, evidenciando uma organização social baseada em uma epistemologia heteronormativa masculina:

A partir da década de 60, o feminismo incorpora, portanto outras frentes de luta pois, além das reivindicações voltadas para a desigualdade no exercício de direitos – políticos, trabalhistas, civis – questiona também as raízes culturais destas desigualdades. Denuncia, desta forma, a mística de um ‘eterno feminino’, ou seja, a crença na inferioridade “natural” da mulher calcada em fatores biológicos. Questiona assim a ideia de que homem e mulheres estariam predeterminados por sua própria natureza, a cumprir papéis opostos na sociedade: ao homem, o mundo externo; à mulher, por sua função procriadora, o mundo interno. Essa diferenciação de papéis na verdade mascara uma hierarquia, que delega ao homem a posição de mando. (ALVES e PITANGUY, 1985. p. 55).

Já que a diferenciação entre os sexos esconde na verdade uma relação de poder, o feminismo assume a sexualidade como questão política.



A essa nova caracterização do feminismo se deu o nome de “Segunda Onda”, que se desenvolveu a partir dos anos sessenta, inicialmente nos EUA. Grandemente influenciado pelas análises feitas por Beauvoir, o livro de Betty Friedan, *A mística feminina*, tornou-se uma “bíblia” do feminismo de “Segunda Onda”.

A mística feminina procura desvendar “o problema que não tem nome”, que seria o sentimento de insatisfação e frustração das mulheres estadunidenses no período pós-guerra, justamente quando o país havia atingido um grau de prosperidade. Insatisfação que se traduzia em problemas patológicos: alcoolismo, depressão. Além de sofrerem com a frustração indefinida as mulheres enfrentavam a culpa por se sentirem assim mesmo vivendo o estilo de vida ideal norte- americano. A autora diz que na verdade o problema se tratava da “mística feminina” que era imposta para as mulheres, numa reação patriarcal à entrada das mulheres no mercado de trabalho e na esfera pública durante a segunda guerra, o papel da mulher era ser esposa e mãe e as que não se sentiam satisfeitas apenas nesses papéis eram culpabilizadas:

A mística feminina afirma que o valor mais alto e o compromisso único da mulher é a realização de sua feminilidade. Afirma ainda que o grande erro da cultura ocidental, no decorrer dos séculos, foi a desvalorização dessa feminilidade. Diz ainda que esta é tão misteriosa, intuitiva e próxima à criação e à origem da vida, que a ciência humana talvez jamais a compreenda. Contudo, por mais essencial e diferente que seja, de modo algum é inferior à natureza do homem; em certos aspectos pode até ser superior. O erro, diz a mística, a raiz do problema feminino no passado, é que as mulheres invejavam os homens, tentavam ser como eles, em lugar de aceitar sua própria natureza, que só pode encontrar realização na passividade sexual, no domínio do macho, na criação dos filhos, e no amor materno. (FRIEDAN, 1971, p.40)

O livro tornou-se um clássico, apesar do seu foco ser a condição das mulheres brancas de classe média norte- americanas, foi o motor que iniciou a nova onda do feminismo dos Estados Unidos.

Devido ao sucesso de *A mística feminina*, Betty Friedan organiza a NOW – *Organização for Women* nos EUA, criada em 1966. A organização tinha uma forma de ação que se caracterizava como um feminismo liberal<sup>4</sup>. Havia também o que ficou conhecido como

---

<sup>4</sup>O feminismo liberal é uma corrente do feminismo que se caracteriza pela busca da igualdade entre os sexos e por assegurar os direitos femininos na sociedade e no espaço público assumidas por reformadoras como Mary Wollstonecraft e seus principais teóricos foram Harriet Taylor e John Stuart Mill. Outra corrente era o

feminismo radical, que teve no Movimento de Liberação das Mulheres sua maior expressão. Tal movimento considerava importante não somente ganhar o espaço público, mas que era necessário transformar o espaço privado. “A elas corresponde o mérito de terem revolucionado a teoria política ao analisar as relações de poder que estruturam a família e a sexualidade e sintetizam essa ideia no slogan: ‘o pessoal é político’” (GARCIA, 2011. p 87). Sua forma de atuação era baseada em protestos públicos, nos quais o objetivo era denunciar os mecanismos que faziam de forma oculta a manutenção da opressão feminina. O primeiro desses protestos que colocou o Movimento de Liberação das Mulheres nos Jornais foi em 1968, contra o concurso Miss América, que diziam apresentar a mulher de forma estereotipada. Neste protesto atiraram cosméticos, sapatos, sutiãs e tudo que simbolizasse opressão disfarçada em modelo de ideal de feminilidade no que chamaram de “lixeria da liberdade”. Suas ações se expandiram para diversos países, o feminismo radical era heterogêneo, suas obras fundamentais foram: *A Política Sexual* de Kate Millet e a *Dialética da Sexualidade* de Shulamith Firestone, publicadas em 1970. Agora o feminismo se tornava um movimento de massas, em todo o mundo ocidental há mobilizações de mulheres.

Além dos novos questionamentos teóricos, um acontecimento que afetou especificamente as mulheres mudou completamente os padrões sociais: em nove de maio de 1960 é aprovada a comercialização da primeira pílula anticoncepcional de nome *Evonid*, criação do endocrinologista norte-americano Gregori Godwin Pincis. Três meses depois o medicamento já estava disponível para compra. Treze anos depois, dez milhões de mulheres norte-americanas já tomavam o medicamento – foi o primeiro a atingir alcance mundial mesmo nos países de terceiro mundo. Este acontecimento foi responsável por uma enorme transformação dos costumes, provocando uma verdadeira revolução sexual ao dissociar o exercício da sexualidade à concepção, propiciando as mulheres o controle sobre o próprio

---

feminismo marxista, que acreditava que a opressão das mulheres era derivada da opressão de classe, quando fosse extinta essa opressão, a feminina também acabaria. Havia também o feminismo existencialista, derivado das análises de Simone de Beauvoir, que fez um estudo mais profundo das relações existenciais entre o eu e o outro, definidas por filósofos como Hegel e Sartre. O feminismo psicanalítico se apoiando nos pressupostos de Freud, foi além das relações existenciais para um estudo da psique feminina, investigando as estruturas da família que sobreviveram mesmo a uma revolução marxista, dando ênfase à questão do patriarcado. Finalmente, as teorias estruturalistas da linguagem situaram o sexismo nas próprias origens da cultura, tendo como pressupostos elementos da obra de Lacan. Todas essas teorias são analisadas mais detalhadamente no trabalho de Andrea Nye: *Teorias Feministas e as Filosofias do Homem*. Ed Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1995. Posteriormente, teóricos pós-estruturalistas como Derrida e Michel Foucault trouxeram novas perspectivas para a teoria feminista, que serão vistas posteriormente neste trabalho.

corpo. Ao tornar possível conseguir evitar uma gravidez e limitar o número de filhos, agora por meios bem mais seguros, foi eliminada uma das principais razões da submissão feminina: a dependência ao homem originária da necessidade de sustento dos filhos. Ao conseguir essa maior liberdade, a mulher obteve uma melhor possibilidade de contestação de seu papel na sociedade.

A “Segunda Onda”, além de denunciar a situação desigual da mulher na sociedade, abordava exatamente a desvinculação do exercício da sexualidade da concepção, com o objetivo de que a maternidade seja uma opção para as mulheres, ou seja, que as mulheres possam ter direitos sexuais e reprodutivos, os mais difíceis de serem discutidos até hoje.

Foram criados vários movimentos por todo o mundo que colocavam em primeiro lugar a liberdade de concepção e o direito a interrupção voluntária da gravidez. Na França, em 1971 foi feito um manifesto em favor ao direito de abortar, o “manifesto dos 343 salopes”, no qual várias mulheres confessavam ter abortado em algum momento de suas vidas. Ao se declararem culpadas voluntariamente de algo que era considerado crime, as mulheres queriam chamar a atenção para dizer que o “crime” era na verdade um direito negado (PERROT, 2007.p.161). Além da forte atuação em protestos públicos, o novo feminismo trouxe o desenvolvimento de grupos de consciência que também se disseminaram por vários países, nos quais as mulheres relatavam suas experiências de opressão e discutiam sua condição. Os grupos eram uma forma de se construir a teoria a partir da própria experiência das mulheres e não a partir de ideologias filtradas. Tais grupos iniciaram em 1967, no *New York Radical Woman*, sob o nome de ‘*consciousness-raising*’, constituindo-se como uma das formas de atuação do feminismo radical (GARCIA, 2011.p.89).

Os novos aspectos do movimento feminista assim como suas novas teorias foram fortemente influenciados pelo movimento de contestação política, moral e cultural que surgiu nos anos sessenta influenciando pessoas de todo o mundo, que ficou conhecido como contracultura ou Revolução cultural.

## **1.2 O Contexto de surgimento da Contracultura e a proposta de Herbert Marcuse: uma nova articulação entre sexualidade e política**

Os anos sessenta foram um período de grande efervescência política, havia uma insatisfação contra os valores norte-americanos, principalmente devido à insatisfação com a

guerra do Vietnã iniciada em 1965, no contexto da Guerra Fria. Mais de 500 mil jovens norte americanos desertaram da guerra por não aceitarem morrer pelo que consideravam interesses econômicos de uma elite. Em 1967, no dia 15 de abril 300 mil pessoas vão às ruas de Nova Iorque na “marcha pela paz” derivada da rejeição da população contra a guerra do Vietnã. Iniciou-se o que ficou conhecido como o “verão do amor”: surgem máximas como “faça amor não faça a guerra”, época do “*flower power*”, pregando a paz. Ocorreu em maio o festival de Woodstock, o maior espetáculo desse novo movimento que ficou conhecido como *contracultura* que ocorreu entre 15 a 17 de agosto, na cidade de Bethel em Nova Iorque atingindo um público de 400 mil pessoas (BAHIANA-RONDEAU, 2000.p.567). O movimento apresentava uma utopia por uma sociedade não competitiva e apolítica. Havia uma rejeição aos valores repressivos, à competição desenfreada, ao consumismo e ao chamado *american way of life*. A guerra fria dividia o mundo em dois sistemas políticos e econômicos: comunismo e capitalismo; diante disso surge a busca de uma alternativa a esses dois sistemas e a toda a opressão resultante deles. Uma verdadeira revolução cultural e política que rejeitava os valores dominantes da sociedade do período. Revolução empreendida basicamente pela juventude. Segundo Eric Hobsbawn, a singularidade desse período se deve ao fato da juventude ser de uma faixa etária com alto poder aquisitivo, fruto do momento de prosperidade surgido no pós-guerra. Foi possibilitado aos jovens e adolescentes entrarem no mercado de trabalho, tornando mais fácil para a juventude descobrir símbolos materiais e culturais de juventude. Ao mesmo tempo em que tinham mais dinheiro e mais tempo que seus antecessores, os jovens não apenas consumiam, mas questionavam essa sociedade de consumo e seus valores. Eric Hobsbawn assim define o contexto do surgimento dessas novas formas de subjetividades que ele chamou de “Revolução Cultural”:

A cultura jovem tornou-se a matriz da revolução cultural no sentido mais amplo de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos. Duas de suas características são, portanto, relevantes. Foi ao mesmo tempo informal e antinômica, sobretudo em questões de conduta pessoal. Todo mundo tinha que “estar na sua”, com o mínimo de restrição externa, embora na prática a pressão dos pares e da moda impusesse tanta uniformidade quanto antes, pelo menos dentro dos grupos de pares e subculturas (HOBSBAWN, 1999, p. 323).

Neste contexto, os padrões tradicionais de comportamento e sexualidade começaram a ser questionados. Há uma espécie de resgate de um estilo de vida mais “natural”, articulado

aos movimentos ecológicos. Há formação de várias comunidades que visavam um estilo de vida natural e livre, com o cultivo da terra e a opção por uma alimentação vegetariana. Em tais comunidades adotava-se um novo modelo para as relações familiares, fugindo do modelo patriarcal, com várias famílias vivendo na mesma casa, por exemplo. Começa o *movimento hippie*, um dos símbolos desse período. A religião cristã passa a ser criticada pela maioria desses movimentos, por ser considerada a religião dos “dominadores”. Muitos adotam filosofias e religiões orientais, como budismo e hinduísmo, buscando a integração entre mente e corpo. A parapsicologia surge como alternativa para as teorias psicológicas vigentes. Constata-se um aumento no consumo de drogas alucinógenas, como o LSD (ditilamida do ácido lisérgico), droga preferida da contracultura devido aos seus efeitos alucinógenos, já que o movimento buscava experiências que propiciassem a “expansão da mente” e a integração com o corpo. O que se buscava era novas maneiras de se pensar e de se relacionar com o mundo.

Parecia ser necessário que a liberação política e social viesse junta com a liberação pessoal. A nova tolerância sexual começou a fazer parte das manifestações políticas como ocorreu nos acontecimentos de maio de 1968 na França, no qual um dos slogans era “É proibido proibir” (MUGGIATI, 2000, p.571) Em maio de 1968, estudantes ocuparam a Sorbonne, pondo em xeque a ordem acadêmica estabelecida há séculos; somou-se a isso, a própria desilusão com os partidos burocratizados da esquerda comunista. O que começou como uma luta particular de reivindicações estudantis por melhor qualidade de ensino tornou-se um movimento que questionava tudo: autoridade, estilo de vida, economia, sexualidade. O movimento alastrou-se pela França, onde os estudantes fizeram uma aliança com operários, ocorrendo uma explosão de greves no país, que teve reflexos em todo o mundo. Foi talvez período que mais se aproximou de uma utopia: muitos estudantes acreditavam na ideia de uma sociedade autogovernável devotada ao prazer. Jovens de vários países foram influenciados, indo às ruas. O filósofo da Escola de Frankfurt, Herbert Marcuse chamou esses movimentos de “Grande Recusa” (RIDENTI, 2007, p.49) e foi o “guru” teórico do movimento (MUGGIATI, 2000,p.571). Sua obra, *Eros e a civilização*, lançada em 1955, traz elementos importantes para a compreensão desses movimentos de contracultura e para investigar a articulação entre sexualidade e política, cada vez mais presente a partir desse período.

Herbert Marcuse, a partir de uma nova leitura de Freud e Marx, faz um diagnóstico da sociedade no seu tempo e a partir disso propõe uma articulação entre sexualidade e política. Aborda os conceitos de Freud sobre o processo de civilização, que reprimiria inexoravelmente os instintos humanos que se voltam primeiramente para a busca do prazer, o chamado “princípio do prazer”, transformando-o em “princípio de realidade”, num controle e adiamento desse prazer e numa transformação da própria substância dos prazeres, num processo que se iniciaria na tenra infância. Freud chega a questionar em sua obra até que ponto esse processo de repressão “valeu a pena” e se os benefícios da cultura compensaram a repressão e o sofrimento derivado. Todavia o próprio Freud entendia que esse processo seria inevitável para que ocorresse civilização e progresso, e deste modo tal questão não recebeu muita atenção. Marcuse resgata esta problematização, considerando que no momento histórico atual estaríamos em condições de repensar a relação entre repressão e liberdade no âmbito das relações em sociedade. Entretanto, apesar de mais instrumentalizados para promover o bem estar e liberdade em nossa sociedade, devido à tecnologia e avanço da ciência, paradoxalmente o progresso parece ter cerceado mais nossa liberdade e maiores são as formas de dominação e violência:

Os campos de concentração, extermínio em massa, guerras mundiais e bombas atômicas não são ‘recaídas no barbarismo’, mas a implementação irreprimida das conquistas da ciência moderna, da tecnologia e dominação dos nossos tempos. É a mais eficaz subjugação e destruição do homem pelo homem tem lugar no apogeu da civilização, quando as realizações materiais e intelectuais da humanidade parecem permitir a criação de um mundo verdadeiramente livre (MARCUSE, 1975, p.26-27)

Marcuse questiona se essa relação entre progresso e repressão, civilização e destruição, são inevitáveis ao processo civilizador ou apenas inerentes a determinado período histórico. Seria possível surgir uma nova espécie de civilização não repressiva, a partir de uma nova articulação entre os princípios de prazer e realidade apresentados por Freud? Marcuse acredita que sim, pois, “as próprias realizações da civilização repressiva parecem criar as precondições para a gradual abolição da repressão” (MARCUSE, 1975, p.28) O conhecimento e amadurecimento advindos da própria civilização repressiva proporcionariam os meios para libertação da repressão.

Não seria propriamente uma negação ao progresso, mas sua liberação, para que o ser humano possa se questionar sobre o que é bom ou não. Mas também não se trata de uma

liberação desenfreada dos instintos e vontades, mas uma possibilidade de questionamento livre, apoiado no próprio conhecimento produto do progresso e da civilização. Para que não ocorra essa liberação desenfreada, torna-se necessário que se dissolvam as instituições da sociedade nas quais o princípio da realidade existe, visto que a liberação dentro dos termos de tais instituições nos levaria ao barbarismo:

Nos termos destas instituições [sociais], a liberação instintiva significaria uma recaída no barbarismo. Contudo, ocorrendo no auge da civilização, como uma consequência não de uma derrota, mas de uma vitória na luta pela existência, e apoiada numa sociedade livre, tal liberação poderia ter resultados diferentes. Seria ainda uma inversão do processo de civilização, uma subversão de cultura – mas depois da cultura ter realizado sua obra e criado uma humanidade e um mundo que poderia ser livres (MARCUSE, 1975, p. 175)

Segundo Marcuse, a sexualidade deve ser a primeira área a passar por essa nova ordem não repressiva, por ser o nosso instinto mais “desordenado”. O importante seria desenvolver uma libido racional que proporcionasse e fosse compatível com formas de liberdade superiores. “A ordem não repressiva só é possível se os instintos sexuais puderem, em virtude de sua própria dinâmica e sob condições existenciais e sociais mudadas, gerar relações eróticas duradouras entre indivíduos maduros” (MARCUSE, 1975, p.175).

O autor sugere uma reformulação da relação entre sexualidade e trabalho: o ideal seria uma regressão a uma sexualidade pre-genital, com todo o corpo sendo instrumento de prazer e não de labuta. Em nossa sociedade com as forças humanas voltadas para o trabalho, todo o prazer fica reduzido a momentos de ócio e restringido a área genital. Qualquer forma de prazer considerado improdutivo é condenada a ponto de gerar uma sensação de culpa, numa constante dessexualização do corpo, que deve ser objeto apenas de desempenhos socialmente úteis. Um menor tempo de trabalho sem controle do tempo livre levaria a uma quebra na base das restrições, a libido se libertaria além dos limites das instituições ordenadas pelo princípio de realidade. A própria forma de sacralizar as relações de prazer através do amor monogâmico seria uma forma de domesticar a libido, a sexualidade tendo que ser “santificada” pelo amor matrimonial. A moralidade condena o uso do corpo como objeto de prazer, pois o objetivo é forjá-lo como instrumento de trabalho. Na mudança de percepção para um princípio da realidade não repressivo, isso se inverteria: o tabu não seria mais a coisificação do corpo para

o prazer, mas uma redução da coisificação do corpo como instrumento de trabalho. Tal processo levaria a uma profunda mudança nas estruturas da sociedade:

A regressão envolvida nessa propagação da libido manifestar-se-ia, primeiro, numa reativação de todas as zonas heretogênicas e, conseqüentemente, uma ressurgência da sexualidade polimórfica pre-genital e num declínio da supremacia genital. Todo o corpo se converteria em objeto de catexe, uma coisa a ser desfrutada – um instrumento de prazer. Essa mudança no valor e extensão das relações libidinais levaria a uma desintegração das instituições em que foram organizadas as relações privadas interpessoais, particularmente a família monogâmica e patriarcal (MARCUSE, 1975, p. 177)

De fato, a Revolução Cultural personificada nas modificações resultantes das ações dos atores sociais nas décadas de 60 e 70, de acordo com Eric Hobsbawn, se deu exatamente a partir das profundas alterações ocorridas nas relações familiares, “A melhor abordagem dessa revolução cultural é, portanto, através da família e da casa, isto é, através da estruturadas relações entre os sexos e as gerações” (HOBSBAWN, 2001 p. 314).

Todavia, Marcuse deixa claro que essa não é uma liberação pervertida. Seria uma transformação da libido resultante de uma transformação social no qual as faculdades individuais atuariam livremente e o fator de perversão seria eliminado naturalmente:

o livre desenvolvimento da libido transformada, dentro das instituições transformadas, embora erotizando zonas, tempo e relações previamente tabus, reduziria ao mínimo as manifestações de mera sexualidade mediante a sua integração numa ordem muito mais ampla, incluindo a ordem de trabalho. Nesse contexto, a sexualidade tende para a sua própria sublimação: a libido não reativaria, simplesmente, os estágios pre-civilizado e infantil, mas transformaria também o conteúdo pervertido desses estágios. (MARCUSE, 1975, p.178)

Seria vivenciar o que Marcuse chamou de “sexualidade polimórfica”, que seria a ativação de necessidades biológicas antes reprimidas, transformando o corpo instrumento de prazer e não simplesmente um recurso de trabalho. Seria uma luta de *Eros* contra *Thanatos*, ou seja, o conflito entre o desejo e a morte, já que nossa sociedade em sua repressão encurta nosso caminho para a morte, ao mesmo tempo em que controla a manutenção de nossas vidas. Sendo assim, para Marcuse, a luta pelo livre exercício da sexualidade é uma luta pela vida, e tal batalha é necessariamente uma “luta política”.



A nova Revolução Cultural, ao denunciar inúmeras opressões, criou condições para a mobilização em favor das lutas de minorias e grupos sociais marginalizados, tais como o movimento negro, o homossexual e também o movimento feminista, que aborda especificamente a situação das mulheres na sociedade. O feminismo renascido na contracultura além de denunciar a situação de opressão da mulher, procurava compreender as raízes dessa opressão, sendo exatamente a partir desse período que se vê o nascimento de um conjunto de teorias feministas. Essa é uma das principais caracterizações do movimento feminista: ser um movimento que produz sua própria teoria. O próprio feminismo em si já é complexo, pois mesmo partindo de uma premissa principal: a desigualdade entre os sexos possui várias vertentes: feminismo liberal, feminismo socialista, numa discussão mais atual o feminismo negro, das mulheres da periferia (em contraponto para o fato de o feminismo ser considerado um movimento elitista de mulheres brancas) e até mesmo já existem discussões sobre um feminismo transexual. As várias vertentes se justificam pelo fato das mulheres não serem um grupo homogêneo, existindo não o feminismo, mas vários “feminismos”. Sua teoria também é diversificada tanto em relação a procurar entender a origem da desigualdade entre os sexos quanto nas discussões sobre como seria a ação mais eficaz do movimento feminista para modificar esse quadro.

As elaborações teóricas feministas ao procurarem entender as razões da desigualdade entre os sexos trazem uma forma revolucionária de se compreender a realidade. O conceito de gênero tornou-se central para a teoria feminista e foi durante a “Segunda Onda” que começou a ser elaborado.

Desde *O Segundo Sexo* a ideia sobre a opressão das mulheres ser algo cultural e social esteve presente nas teorias feministas, porém de forma difusa, a primeira vez que são sistematizadas através do conceito de gênero foi pela antropóloga estadunidense Gayle Rubin em seu ensaio *O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a “Economia Política do Sexo”*, publicado originalmente em 1975, no qual a autora buscava a gênese dessa opressão e subordinação da mulher. Na obra a autora faz uma crítica ao marxismo por situar a opressão feminina dentro de fatores econômicos, utilizando como base a antropologia estrutural e autores da psicanálise como Freud e Lacan, pois de acordo com a autora: “seus trabalhos nos permitem isolar sexo e gênero de ‘modos de produção’, e contrapor-nos a certa tendência a explicar a opressão de sexo como refletindo forças econômicas” (RUBIN, 1993, p. 22)

A autora declara que as mulheres não são oprimidas exatamente por serem mulheres, mas por sua obrigação em exercer determinado papel feminino, (da mesma forma que os homens são obrigados a exercer determinado papel masculino) papéis esses forjados em regras de parentesco levantadas na obra de Levi- Strauss, presentes ainda hoje. Para a autora a luta do feminismo seria contra esse sistema:

Pessoalmente penso que o movimento feminista deve sonhar com algo mais do que o fim da opressão das mulheres. Ele deve sonhar com o fim das sexualidades obrigatórias e dos papéis sexuais obrigatórios. O sonho que acho mais fascinante é de uma sociedade andrógina e sem gênero (mas não sem sexo), em que a anatomia de cada um é irrelevante para o que cada um é, faz ou com quem cada um faz amor (RUBIN, 1993, p. 22)

Segundo a autora, há todo um aparato social (a autora chama de sistema sexo/ gênero) que transforma a “matéria prima” (o sexo, no caso a mulher), no gênero (que seria a mulher “domesticada”, subordinada). Ao compreender o sexo como “matéria prima” Rubin o considera como algo “natural”, portanto, imutável. Já o gênero, sendo uma construção histórica e social pode ser modificado.

As teorias feministas e estudos sobre sexualidade sofrem uma quebra de paradigmas a partir dos anos setenta, com a influência da corrente pós-estruturalista, em particular os estudos de Michel Foucault, que serão abordados a partir de agora.

### **1.3 Produção de Subjetividade e Relações de Poder: Foucault e as tendências “pós-estruturalistas”**

Tendo em vista que o objetivo da presente pesquisa é investigar as transformações subjetivas e as mudanças nas relações humanas a partir da “Segunda Onda” do feminismo, particularmente na experiência brasileira, consideramos que a perspectiva foucaultiana e as tendências pós-estruturalistas subsequentes apresentam os melhores recursos para tal empreitada. Deste modo, apresentaremos com mais ênfase tal concepção teórica, que oferecerá as condições necessárias para a análise que se pretende desenvolver nos capítulos seguintes.

Michel Foucault é conhecido principalmente por seus estudos sobre poder e dominação, mas nunca foi sua intenção fazer propriamente uma “teoria do poder”. Segundo

suas próprias palavras, o que ele procurou produzir em seus estudos foi: “(...) uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura”. (Foucault, 1984, p.231). Seu propósito era compreender como os indivíduos se tornavam sujeitos, ou seja, a partir de que saberes e relações de poder surgem certas configurações subjetivas. Por exemplo: que condições estabelecem a maneira como a pessoa aprende reconhecer-se como sujeito de uma sexualidade específica? Para Foucault, esse reconhecimento não seria algo natural, mas uma disposição histórica e socialmente construída. Tal construção é feita através de dispositivos de subjetivação que moldam nossas condutas e pensamentos, que atuam através de relações de poder existentes na interação entre as pessoas, produzindo determinado tipo subjetividade. Nós seríamos dessa forma “fabricados” por essas relações de poder: tudo aquilo que acreditamos como sendo verdade em relação a nós e ao mundo seria uma construção feita por essas práticas de subjetivação presentes nas relações de poder – e não fruto de nosso real julgamento e análise.

Mas como essas relações de poder se exercem produzindo subjetividade? A partir da produção de saberes os sujeitos são constituídos por uma dinâmica de coerção em função deles. Há um saber sobre como devem ser os comportamentos, sentimentos e mesmo pensamentos identificados com um determinado papel social e quando alguém foge desse padrão, recebe um julgamento social articulado a um conjunto de “micro penalidades”. O mesmo acontece em diversos setores: há um saber acerca de como deve ser um “bom pai”, um “bom profissional”, uma “pessoa honesta”, uma “mulher honrada”, etc. E esses saberes são disseminados através de um controle mútuo entre as pessoas que são vigiadas e cobradas se estão cumprindo seus papéis na sociedade de acordo com tais saberes, reforçando-os: “(...) O exercício do poder consiste em ‘conduzir as condutas’(...)” (Foucault, 1984, p.244). Os saberes estabelecidos socialmente surgem por meio de relações de poder que, por sua vez, geram novas relações de poder ou reforçam aquelas já estabelecidas.

Foucault investiga a dinâmica do poder em uma esfera “micro”, ou seja, analisa seu exercício nas interações entre as pessoas, sem considerar uma fonte específica de poder ou, tomá-lo como pertencente a uma classe social ou governo. A intenção de Michel Foucault é demonstrar que as relações de poder ultrapassam o nível estatal e atravessam toda a sociedade: micropoderes que se espalham em diversos pontos da rede social produzindo subjetividade: “Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna

capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais” (Foucault, 1999, p. 182).

Entretanto, é importante dizer que, para Foucault o poder nem sempre é repressivo. Na realidade, o que o autor procurou fazer em obras como *Vigiar e Punir* (com o estudo, principalmente, das prisões) e em *A Vontade de Saber* (a partir do estudo da sexualidade) foi justamente mostrar que é um equívoco qualificar o poder como fundamentalmente repressivo, que diz “não”, que castiga, que impõe limites, etc.

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ‘ele exclui’, ele ‘reprime’ ele ‘recalca’, ele ‘censura’, ele ‘abstrai’, ele ‘mascara’, ele ‘esconde’. De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (...) (FOUCAULT, 1991, p. 172.)

Em *Vontade de Saber*, ao analisar a produção de subjetividade em sua articulação com a sexualidade, Foucault rejeita a “hipótese repressiva” que sempre se mostrou dominante em relação a sexualidade. O autor questiona a ideia de que desde o século XVII tenha havido uma política de repressão ao sexo, discutindo se o próprio discurso que denuncia essa “repressão” não seria parte de um aparato de poder da mesma rede histórica que a sustenta. Para Foucault, o importante é analisar que papel exerce a “necessidade” desse discurso de denúncia da repressão, bem como toda demanda por apresentar o sexo como fato discursivo:

O ponto essencial (pelo menos, em primeira instância) não é tanto saber o que dizer ao sexo, sim ou não, se formular-lhe interdições ou permissões, afirmar sua importância ou negar seus efeitos, se policiar ou não as palavras empregadas para designá-lo. Mas levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala os lugares e o ponto de vista de que se fala as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em sua, o ‘fato discursivo’, global, a ‘colocação do ‘sexo em discurso’(FOUCAULT,1977, p.16)

Na verdade, o objetivo não é a repressão do sexo, há três séculos o indivíduo, no ocidente, tem sido cada vez mais incitado a falar sobre sua sexualidade, seus desejos. A colocação do sexo em discurso é uma estratégia do biopoder com o surgimento da “população” – o que objetiva, em última análise, uma melhor gestão da sexualidade:

(...) Cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. (FOUCAULT, 1977, p. 27)

Além de uma gestão da sexualidade, o objetivo era que o homem ocidental falasse tudo sobre seu sexo, obtendo-se uma produção de subjetividade através dos discursos sobre o próprio sexo, por efeitos de reorientação do próprio desejo. Buscava-se uma sexualidade útil, economicamente e politicamente conservadora. Foucault também aborda a invenção das identidades sexuais, a partir do século XIX, que envolve uma incorporação das perversões. O homossexual, que antes figurava apenas como um sodomita que violava um dos pecados capitais, agora se torna um *espécime*.

O crescimento das perversões não é um tema moralizador que acaso tenha obcecado os espíritos escrupulosos dos vitorianos. É o produto real da interferência de um tipo de poder sobre os corpos e seus prazeres. Talvez o Ocidente não tenha sido capaz de inventar novos prazeres e, sem dúvida, não descobriu vícios inéditos, mas definiu novas regras no jogo dos poderes e dos prazeres; nele se configurou a fisionomia rígida das perversões (FOUCAULT, 1977, p. 47-48)

A implantação da classificação dessas perversões foi uma forma de reforçar a norma. Ao definir o “anormal”, estimulava-se aquilo que passou a ser considerado “normal”. A invenção das identidades era um processo importante para a regulação e normalização. Neste período, a confissão, falar a verdade sobre a sexualidade da pessoa passou a ser muito importante e pode-se dizer que ainda é uma tendência presente. A sexualidade tornou-se instrumento de psicólogos, educadores e psiquiatras: ao ser confessada e descrita se torna regulada através da criação dessas identidades “normais” ou “perversas”.

Segundo Foucault, é impossível ser imune totalmente às relações de poder, pois se nossa subjetividade é produzida através dessas relações, que modelam certo tipo de indivíduo, não podemos ser “naturalmente” revolucionários, somos desmobilizados para enfrentamentos, já que as relações de poder produzem pessoas socialmente úteis e politicamente dóceis. Segundo Foucault, ainda sim, podemos lutar contra os enfrentamentos do poder, já que: “(...) onde há poder, há resistência (...)” (FOUCAULT, 1999, p.91). Isto significa que podemos nos oferecer como ponto de resistência às dominações no nosso dia a dia: entrar no que Foucault

chama de lutas específicas, lutas contra “os privilégios do saber” (FOUCAULT, 1984, p.5) tais como o movimento feminista, ou o movimento negro. Mas esses são apenas enfrentamentos parciais, já que oferecemos resistência de acordo com o que podemos oferecer como indivíduos produzidos pelas relações de poder.

[...] não existe [...] um lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências no plural, que são casos únicos: possíveis, necessários, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. [...] As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que seja ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitada. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível [...] (FOUCAULT, 1999, p.91).

Michel Foucault com seu pensamento sobre o poder como algo não relacionado apenas a esfera estatal, mas algo exercido no cotidiano aproxima-se do pensamento feminista de “politização do privado”<sup>5</sup> e suas considerações sobre sujeito e sexualidade forneceram Michel Foucault com suas investigações sobre produção de subjetividade e relações de poder, é um autor fundamental para compreender aquilo que posteriormente convencionou-se chamar de “estudos pós-estruturalistas”, bem como sua aplicação às questões feministas. Tais estudos provocaram uma quebra de paradigmas e trouxeram novas bases aos estudos sobre gênero, sexualidade e teorias feministas a partir de meados da década de 70.

O pensamento de Michel Foucault assim como os estudos pós- estruturalistas rompem com a concepção cartesiana do sujeito como base para uma epistemologia, visto que, para o pós-estruturalismo, o sujeito é concebido como transitório e circunstancial. Não são os sujeitos que vivem experiências, mas são as experiências que formam os sujeitos.

---

<sup>5</sup> Os modelos políticos tradicionais atribuem uma neutralidade ao espaço individual e definem unicamente como política a esfera pública. O feminismo rompe com essa visão, pois afirma o sexo como político por também conter relações de poder, denuncia o caráter subjetivo da opressão revelando os laços existentes entre as relações interpessoais e a organização política pública. Podemos tomar como exemplo a luta do feminismo contra a violência sofrida pelas mulheres no ambiente familiar/conjugal, um aspecto que era considerado individual e privado, ao ser trabalhado pelo feminismo revela-se uma questão coletiva e política. (ALVES – PITANGUY, 1982. P. 8)

Conceito muito importante para os estudos pós-estruturalistas é o de desconstrução elaborado por Jacques Derrida, Trata-se de uma linha de pensamento que rompe com o estruturalismo, que defende que um elemento só pode ser definido pelas relações de equivalência ou de oposição que mantém com os demais elementos em sistemas binários (como o binarismo homem/mulher). A intenção é abandonar essa concepção binária, visando *desconstruí-la* já que ao afirmar uma identidade reforça-se a outra que se opõe, existindo sempre uma relação de interdependência.:

A complementaridade mostra que significados são organizados por meio de uma dinâmica de presença e ausência, ou seja, o que parece estar fora de um sistema já está dentro dele e o que parece natural é histórico. Na perspectiva de Derrida, a heterossexualidade precisa da homossexualidade para sua própria definição, de forma que um homem homofóbico pode-se definir apenas em oposição aquilo que ele não é: um homem gay. Esse procedimento analítico que mostra o implícito dentro de uma oposição binária costuma ser chamado de desconstrução. Desconstruir é explicitar o jogo entre presença e ausência (...) estamos sempre dentro de uma lógica binária, que toda vez que tentamos quebrar, terminamos por reinscrever em suas próprias bases. (MISKOLCI, 2009, p. 154)

Joan Scott, historiadora estadunidense, foi influenciada por Foucault e Derrida, bem como pelo desdobramento da chamada “corrente pós-estruturalista”. A autora foi uma das primeiras a questionar o conceito da dualidade entre sexo e gênero, sendo o primeiro para a natureza e o segundo para cultura, conceito que prevaleceu até a década de 1980, quando a historiadora publicou seu célebre artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, em 1986, no qual traz uma nova visão para o uso do termo, criticando seu uso meramente descritivo.

A historiadora analisa o uso da categoria “gênero,” que surgiu da necessidade das feministas americanas em nomear no caráter social da diferença entre os sexos, baseado nos pressupostos de Beauvoir. Todavia, se o gênero é uma construção social e histórica a questão seria compreender como o gênero funciona nas relações sociais e dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico – respostas que dependem da forma que o gênero é utilizado como categoria de análise histórica. A autora enumera os usos descritivos do gênero. O uso mais primário do termo gênero é usá-lo como sinônimo de “mulheres”, uma forma de

tornar mais legítimos e neutros os trabalhos sobre mulheres nas academias, pois a categoria “mulheres” dá um sentido mais político, evidenciando uma tomada de posição de que as mulheres são sujeitos históricos legítimos. Neste sentido empregar o termo “gênero” é uma forma de incluir as mulheres sem nomeá-las. “No seu uso descritivo o “gênero” é, portanto um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres” (SCOTT, 1994, p. 8)

Também o termo é utilizado para descrever as relações entre homens e mulheres, mas nessa abordagem, não é o bastante para explicar como essas relações se constroem de determinada maneira, por isso a necessidade de emprego do conceito de “gênero” para explicar a mudança histórica.

Para Scott, o gênero “é a organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que gênero reflita ou programe diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais.” (SCOTT, 1994, p.13). Seguindo a linha do pensamento de Michel Foucault, a autora considera que sendo um saber sobre as diferenças dos papéis sexuais, o gênero está imbuído de relações de poder: “(...) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” (SCOTT, 1994, p.13)

Segundo a autora, a definição de “gênero” indicando as construções sociais dos papéis masculino e feminino, sendo uma categoria imposta socialmente a determinado sexo, apresenta homens e mulheres como algo já dado, em vez de relativizá-los.

A filósofa estadunidense, Judith Butler, também profundamente influenciada por Foucault, inova nas questões de gênero ao trazer a biologia para o campo social. Para autora, o corpo considerado como parte da natureza nunca entrava nas discussões, o que prejudicava os estudos sobre gênero, pois nem sempre as construções culturais e sociais dos sujeitos dão conta de ilustrar o caráter social dessas estruturas que se apresentam tão natural: o corpo, o sexo e as diferenças entre homens e mulheres. Butler discorda da ideia de que só poderíamos fazer teoria social sobre o gênero, enquanto o sexo pertenceria ao corpo e à natureza.

Em sua obra *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*, publicada originalmente em 1990, partilha de muitos referenciais foucaultianos. Butler elabora algumas reflexões semelhantes a Joan Scott, pretendendo historicizar o corpo e o sexo, dissolvendo a



dicotomia sexo/gênero. Para a autora, em nossa sociedade estamos numa ordem heterossexual que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo/prática. Há um condicionamento do desejo sexual de acordo com a biologia. Deste modo, não é o bastante discutir o gênero como uma inscrição cultural que dá significado a um sexo previamente dado: “O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (...) tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (BUTLER, 2003, p.25). O papel do gênero produzido culturalmente seria estabilizar a ordem sexual pelo estabelecimento de dois sexos fixos que se opõem num eterno binarismo: macho/fêmea- homem/mulher. Essa manutenção se daria através da performatividade, ou seja, pela repetição de atos, gestos e signos culturais que reforçam a construção dos corpos masculinos e femininos tais como nós os vemos atualmente. O gênero é uma “performance” que produz significados. De acordo com essa reflexão, não haveria uma natureza masculina e feminina além dos gestos e signos que reproduzimos.

A autora também traz importantes contribuições sobre a questão da identidade e identidade de gênero. No sistema heterossexual é impossível não se designar pertencente a um sexo. Desde o nascimento a primeira coisa que é determinada é a qual sexo pertencemos através de evidências biológicas. Pertencer a determinado sexo é praticamente uma condição para sermos humanos. Observe-se que no caso de pessoas que nascem com características sexuais indefinidas tem-se a consideração “sem gênero”, pessoas que necessitam de uma intervenção médica para definir seu sexo e gênero e, portanto, sua identidade (e sua humanidade, por fim):

“Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é ‘incoerente’ ou ‘descontínuo’, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas.” (BUTLER, 2003p. 38)

Se “ser homem” e “ser mulher” é condição para sermos *humanos*, isso significa que a identidade de gênero antecede a identidade pessoal. E o que legitima essa identidade e o que a torna compreensível para nosso sistema social é ela ter uma coerência entre sexo/ gênero/ desejo (um determinado sexo deve expressar determinado gênero e ter práticas sexuais e de

desejo correspondentes). Caso haja uma incoerência entre esses três fatores, aquela identidade não é inteligível para nosso sistema social:

“os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a ‘expressão’ ou ‘efeito’ de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual.” (BUTLER, 2003, p. 38)

Uma identidade só é inteligível seguindo determinada matriz cultural que no caso, segue o binarismo homem/mulher excluindo quaisquer outras formas de identidade. Todavia, “ser homem” e “ser mulher” não é uma substância, uma essência interior que existe naturalmente. É algo apreendido, internalizado e depois exteriorizado. A lógica da identidade inteligível se aplica atualmente até no caso dos indivíduos que são considerados fora da norma como os homossexuais. Já há um saber que determina como deve se comportar um homossexual, que exige certa coerência em suas ações para que ele seja inteligível culturalmente. Caso não siga a norma de como deve se comportar um gay, ele é visto, no mínimo, com desconfiança. Em outras palavras: deve-se sempre seguir uma matriz de inteligibilidade cultural.

A autora questiona os movimentos de afirmação de identidade como o feminismo, no qual a categoria “mulheres” constitui o sujeito representado pelo feminismo, de quem se deflagra a busca por direitos. O desenvolvimento de uma linguagem que identificasse o sujeito do feminismo, a mulher, foi necessário para dar visibilidade política a ela. Seguindo o pensamento de Foucault, a autora diz que os sistemas de representação e de poder não produzem o sujeito que pretendem representar:

“Se esta análise é correta, a formação jurídica da linguagem e da política que representa as mulheres como o ‘sujeito’ do feminismo é em si mesma uma formação discursiva e efeito de uma dada versão da política representacional. E assim, o sujeito feminista se revela discursivamente constituído\_ e pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação (...) A crítica feminista deve compreender como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas através dos quais busca-se emancipação” (BUTLER, 2003. pp. 18-19)

A autora também evidencia o fato da categoria “mulheres” denotar uma identidade comum, uma identidade feminina única em todas as culturas, como se opressão feminina fosse exercida da mesma forma para todas as mulheres – por isso mesmo pode-se considerar que a noção de patriarcado universal tem fracassado para explicar os mecanismos de opressão nos variados contextos culturais. O feminismo que surgiu entre mulheres brancas de classe média ocidental geralmente é acusado de tentar colonizar o feminismo de outros países, como se tentasse impor suas teorias e soluções para uma realidade diferente, pensando os problemas de todas as mulheres como se todas fossem “norte-americanas brancas de classe média” como é o caso do livro de *A mística feminina*. Isso tem levado a uma diversidade cada vez maior no surgimento de movimentos feministas específicos: a mulher negra, a mulher da periferia, o feminismo latino americano. Pois a atitude colonialista faz com que o feminismo fique com uma aparência assistencialista. Isto se pode observar em organizações de apoio a mulher: são as mulheres “esclarecidas” que vão “ensinar” as mais humildes sobre suas vidas, sua condição, porém nunca se identificando com essas oprimidas, criando novamente um saber sobre como deve agir uma mulher “liberada”. Estas novas relações de poder e colonialismo muitas vezes fizeram com que o feminismo fosse visto com desconfiança pelas classes mais pobres ou de outros sistemas culturais fora do eixo “branca, classe média, urbana”.

Butler também questiona se ao reforçar a identidade feminina na busca por um sujeito político representativo, o feminismo não estaria fortalecendo as próprias normas reguladoras do gênero, que promovem a manutenção da opressão feminina:

Seria a construção da categoria das mulheres como sujeito coerente e estável uma regulação e reificação inconsciente das relações de gênero? E não seria essa reificação precisamente o contrário dos objetivos feministas? Em que medida a categoria das mulheres só alcança estabilidade e coerência no contexto da matriz heterossexual? (BUTLER, 2003. p. 23)

A autora não acredita que a solução está em recusar a política representacional, por não ser possível, pois a representatividade é necessária nas estruturas contemporâneas da atuação política. Entretanto, talvez o movimento feminista deva contestar essas próprias reificações de gênero e de identidade, fazendo uma genealogia crítica de suas categorias de identidade, determinando os mecanismos políticos que produzem o sujeito do feminismo. O ideal seria que a identidade do sujeito feminista não seja o centro de sua política, já que a formação desse sujeito acontece dentro de campos de poder, que afirmam relações de

dominação e exclusão. Segundo a autora, o ideal talvez seja refletir sobre essa exigência de se construir um sujeito do feminismo dentro da noção estável de gênero:

Talvez um novo tipo de política feminista seja agora desejável para contestar as próprias reificações de gênero e da identidade \_ isto é, uma política feminista que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político ( BUTLER, 2003. p.23 ).

Judith Butler, com sua crítica a necessidade de identidades, é considerada a grande referência da *teoria queer*, que teve suas primeiras articulações nos fins dos anos 80 nos EUA, e surgiu como “resposta” aos estudos de minorias como homossexuais. Tais estudos reforçavam a heterossexualidade como norma, e o próprio termo escolhido para designar a teoria – que é um termo pejorativo – denotando anormalidade, já é uma crítica aos processos de normalização da sociedade que forjam essas identidades. Esta teoria visa uma política pós-identitária e uma ruptura epistemológica, desconstruindo os binarismos homem/mulher, homo/hetero. A desconstrução revela que cada polo contém elemento do seu oposto para se afirmar, um depende do outro para adquirir sentido. Pode-se observar que mesmo nos discursos em favor da homossexualidade, por exemplo, o parâmetro é sempre a heterossexualidade. A afirmação de uma identidade leva sempre a negação de seu oposto, porém esse “oposto” continua indispensável. O binarismo existe para a regulação da vida social, o que a *teoria queer* propõe é mudar o foco dos estudos, em vez do estudo das diferentes identidades e minorias o foco seria:

a não mais estudar apenas os que rompem as normas o que redundaria nos limitados estudos de minorias nem apenas os processos sociais que os criam como desviantes (o que a teoria da rotulação já fez com sucesso), antes focar nos processos normalizadores marcados pela produção simultânea do hegemônico e do subalterno (MISKOLCI, 2009, p. 171).

A normalização produziria sujeitos/identidades considerados “normais e naturais” através da criação de outros perversos ou patológicos (os corpos abjetos). O feminismo ao propor uma desconstrução da organização da sociedade e do conhecimento no qual predomina o masculino heteronormativo, aproxima-se do pensamento pós-estruturalista que propõe a análise dos grupos historicamente excluídos.

Depois dessa contextualização geral sobre o nascimento do feminismo de “Segunda Onda” e de suas principais teorias, iremos analisar como foi a repercussão dessa nova caracterização do feminismo no Brasil, como se desenvolveu e quais foram suas principais características.

## 2-Movimento feminista de “Segunda Onda” no Brasil

### **2.1-Movimento feminista durante a ditadura - o feminismo “bem-comportado” ou o feminismo “bom para o Brasil”.**

Na Europa e EUA, todas as contestações culturais que se iniciaram nos anos sessenta propiciaram a revitalização do movimento feminista, agora imbuído com o espírito do período. Entretanto, no Brasil o clima era outro, o país estava num estado de exceção sob a ditadura militar. Segundo Celi Regina, havia dois campos ideológicos se contrapondo: por um lado os conservadores representados pelo *UDN (União Democrática Nacional)* que eram grandes empresários, proprietários de terra e parte da classe média e por outro as esquerdas, representadas pelo PTB (partido trabalhista brasileiro) e pelo partido clandestino PCB (partido comunista no Brasil). Em 1964, o golpe militar iniciou um longo período marcado por um regime autoritário com cassação de direitos políticos, torturas, censuras e exílio a quem se opusesse a nova ordem. Depois do golpe, principalmente depois do decreto do ato institucional AI- 5, em 1968, qualquer forma de mobilização tornou-se arriscada. Devido à necessidade de encaminhar o país para a redemocratização e na busca pelo fim do regime autoritário, as mulheres com orientação mais radicais ou marxistas, se voltavam para a luta armada e a militância, o que fez com que a luta feminista com suas questões especificamente femininas fossem deixadas em segundo plano, consideradas menos importantes. Muitas dessas ex-militantes da luta armada se juntaram posteriormente ao movimento feminista devido a experiências de opressão de gênero em sua militância, ao serem colocadas em posição subordinada nas operações por seus próprios companheiros de luta especificamente por serem mulheres. As militantes questionavam a moral tradicional negando valores como virgindade e casamento comportando-se de forma contrária ao que era esperado das mulheres, numa igualdade com seus companheiros militantes que na prática, revelou-se apenas retórica,

com a experiência política marcada pela diferença de gênero através de depoimentos de ex-militantes mulheres, (SARTI, 2004, p.38). Outras se conscientizaram ao sofrerem torturas específicas às mulheres<sup>6</sup> durante sua militância. Verificaram que sua opressão ia além da opressão derivada da diferença de classes. Muitas participantes da luta armada tornaram-se integrantes de grupos feministas surgidos posteriormente.

A moral professada pelo regime militar que se colocava a favor da preservação dos valores familiares tradicionais também não era favorável às discussões mais específicas do feminismo que ressurgia: questões como as relacionadas à sexualidade e ao aborto. Entretanto, ao mesmo tempo em que o país era dominado pela repressão, a influência da revolução cultural que ocorria na Europa e EUA se refletia numa emergência da parte da classe média por novas formas de produções culturais, como foi o caso do movimento cultural da *Tropicália*, por novas formas de tratamento do corpo através de cultos orientais e na busca por novos tratamentos psicológicos (RAGO, 2003.p.2). Além do surgimento dessas novas formas de subjetividade, outro fator importante nesse período foi à modernização pregada pelo “Milagre econômico” que procurava o desenvolvimento do país estimulando o consumo da classe média. Havia uma ambiguidade no país: era pregada uma “modernização”, porém dentro de um governo de exceção.

As novas tendências modernizadoras impulsionando o consumo propiciaram uma modificação no comportamento feminino, começou a ser valorizada a imagem de mulher “liberada e independente” também presente nas revistas femininas surgidas nesse período como *Nova* e *Cláudia* que traziam questões sobre a sexualidade feminina e valorização da mulher “moderna”. Além disso, houve um aumento de mulheres no mercado de trabalho e nos cursos superiores, e as novas formas de contracepção através da pílula possibilitaram novos questionamentos da situação da mulher. Outro fator que proporcionou mudanças na condição feminina propiciando o movimento feminista foi o novo estatuto da mulher casada, vigente a partir de 1962 no Código Civil. O Estatuto possibilitava que a mulher trabalhasse sem a permissão do marido, distinguindo-a de menores e incapacitados (porém o homem continuava sendo chefe conjugal).

---

<sup>6</sup> Estupros e/ ou relacionadas ao relacionamento mãe e filho: torturando as que eram mães através de ameaças aos filhos.

Todos esses fatores levaram ao renascimento de um determinado tipo de feminismo no país: o feminismo liberal (CARDOSO, 2004.p.48), que visava principalmente a conquista de direitos iguais, cuja maior representante no exterior foi Betty Friedan. Buscava a igualdade entre homens e mulheres através de mudanças na legislação, educação e no trabalho, porém não exatamente abordando questões mais polêmicas como o feminismo “radical” ou “marxista”, que enfatizavam a situação de opressão feminina derivada de uma relação de poder baseada na construção da diferença entre os sexos cuja base era o patriarcado. Em vista disso, como o país vivia um clima de repressão à forma de ação adotada foi principalmente o feminismo liberal. Uma das suas principais representantes foi a advogada Romy Medeiros. Por ser oriunda da elite e por ter boas relações com militares, possuía uma maior facilidade para que as questões do feminismo fossem discutidas. (PINTO, 2003, p.47) Durante os anos 50, Romy atuou na luta pela aprovação do Estatuto da mulher casada, até ser aprovado em 1962 junto ao Congresso.

Romy Medeiros, em 1972, promoveu um evento importante para o feminismo brasileiro: um congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher. Houve grande heterogeneidade entre os participantes desse evento, desde figuras do alto clero até feministas de esquerda como Rosie Muraro e Heleieth Saffioti.. Mesmo com boas relações com o governo, Romy enfrentou alguns problemas ao realizar o seminário de 1972, Rosie Muraro organizadora do evento teve problemas com o DOPS (Departamento de Ordem política e social). O seminário teve possibilidade de ser realizado mesmo num período repressivo porque o feminismo não era considerado exatamente uma ameaça política (desde que não abordasse temas que questionassem a estrutura familiar e a moral):

(...) ao mesmo tempo em que a questão feminista é um tema progressista por excelência, pois atinge o que há de mais tradicional da sociedade- o poder patriarcal- ela obrigatoriamente não é perpassada pela questão política no sentido restrito do termo, o que possibilita um arco de alianças muito, mas amplo do que o tradicional corte entre a direita e a esquerda, não sem razão muito presente na sociedade brasileira dos primeiros anos da década de 1970 (PINTO, 2003, .p.48)

A especificidade do feminismo no Brasil no período, como apontou Celi Regina, se devia ao fato do movimento se dividir entre as lutas específicas do feminismo com a luta contra a opressão sofrida pelo regime militar. As esquerdas muitas vezes consideravam o

feminismo uma questão menor devido à situação política do país e havia divisões no próprio movimento que acreditavam que em um país com grandes desigualdades sociais as questões especificamente feministas eram secundárias. O movimento feminista brasileiro nasce querendo explicitar a condição de dominação sofrida pelas mulheres num país com muitos dominados, o que o deixava com um duplo problema, como ressaltou Celi Regina:

O movimento feminista, em países como o Brasil, não pode escapar dessa dupla face do problema: por um lado se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência muito clara por parte dos grupos organizados de que existe no Brasil uma grande questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar fora de qualquer luta específica. Principalmente na luta das mulheres e dos negros, a questão da desigualdade é central. (PINTO, 2003.p.47).

Como foi dito anteriormente, houve aumento no número de mulheres que adentraram o mercado de trabalho, mas o que entre as mulheres da classe média poderia ser considerado uma opção e um direito, o mesmo não acontecia entre as classes populares. A essência da modernização do “Milagre brasileiro” era viabilizar lucros para as indústrias monopolistas nacionais e estrangeiras, garantindo o financiamento interno da acumulação por meio do arrocho salarial seletivo sobre a classe trabalhadora (foram fixados tetos salariais que beneficiaram a classe média). Como tentativa de recompor suas condições de vida, essa classe precisou além do aumento da jornada de trabalho fazer uso da mão de obra familiar – mulheres e crianças no mercado de trabalho para complementar a renda. Houve crescimento da economia, mas com grande deterioração da qualidade de vida dos trabalhadores, o que pode ser observado, por exemplo, no aumento dos índices de mortalidade infantil no período (MENDONÇA, 1987, p.101). O regime de exceção agravava a situação, ao reprimir formas de mobilização como greves. A desigualdade social no país chegou a seu auge no período.

Tal situação de desigualdade levou o movimento feminista do período a ter grande atuação junto ao movimento de mulheres que atuavam, sobretudo, em bairros mais pobres. Esses movimentos não eram exatamente movimentos feministas, pois não colocava em xeque a situação de opressão da mulher, nem abordavam questões ligadas à sexualidade, aborto e questionamento do papel feminino, mas eram reivindicações por melhorias em vários



setores: contra a carestia, a luta por creches e por fim ao movimento pela anistia. O movimento pela carestia haviam se iniciado nos anos cinquenta, posteriormente passam a lutar por melhorias nos postos de saúde, escolas, creches e serviços públicos em geral. A luta por creches inclusive foi uma frente que uniu correntes diferentes do movimento feminista já que era uma reivindicação que respondia diretamente a necessidade de independência financeira da mulher e ao mesmo tempo estava relacionado a uma contestação do papel obrigatório materno. Em 1979 é feito o lançamento oficial da luta por creches no *I Congresso da Mulher Paulista*. (CARDOSO, 2004, p.55). A atuação feminista em tais movimentos era mais segura, pois não contestavam diretamente os códigos morais e a “santidade” familiar, como faziam as questões mais especificamente feministas, além de responder a demanda de luta contra a desigualdade do país. Inclusive, houve no período uma articulação entre o feminismo e a Igreja católica, apesar das divergências, já que a Igreja atuava contra a opressão e na volta pela democracia através de suas pastorais, houve forte atuação na periferia de São Paulo dos grupos de oração e reflexão política, nos quais se discutiam a situação dos bairros (CARDOSO, 2004, p.52). Os grupos reuniam as mulheres em seus clubes de mães, no quais as mulheres eram levadas a cobrar seus direitos como cidadãs daí que houve um renascimento dos movimentos contra carestia, sobretudo entre 1973 e 1978, posteriormente se articulando a outros movimentos.

Como esses movimentos se relacionavam como o cotidiano das mulheres, intimamente envolvidas com os meios de reprodução da vida como a habitação, alimentação e cuidado das crianças, propiciaram a suas participantes, a maioria donas de casa, com que se movessem politicamente: “a participação das mulheres nos movimentos de bairro, que as retirava do confinamento doméstico, propiciou a emergência de um novo sujeito político, ao questionar, de diferentes maneiras, a condição da mulher e pôr em discussão a identidade de gênero.” (SARTI, 2004, p. 40) A articulação do movimento feminista com esses movimentos fez com que ele tivesse uma característica de movimento interclasses: as atuantes do movimento feminista, mulheres de classe média e as atuantes dos movimentos: mulheres de origem popular.

O feminismo com formas de ação baseadas em um feminismo liberal e relacionadas com as questões sociais e de desigualdade do país era o tipo de feminismo “aceitável” ou como disse Elizabeth Cardoso o feminismo considerado “bom para o Brasil” (CARDOSO,

2004, p.51) ou “o feminismo bem comportado à moda Bertha Lutz<sup>7</sup>” como o denominou Celi Regina (PINTO, 2003, p.46).

Os temas que não podiam ser tratados publicamente pelo feminismo liberal, (como sexualidade, aborto e patriarcado) considerados tabus no país por serem contra a “moral e a família”, eram abordados nos grupos de reflexão. Os grupos de reflexão de mulheres se iniciaram em São Paulo e Rio de Janeiro, no estilo dos ‘*consciousness-raising*’, que começaram nos EUA e se espalharam pelo mundo, uma das formas de atuação do feminismo radical, como foi abordado no capítulo anterior.

Os primeiros grupos feministas de reflexão aconteciam nas próprias casas das participantes e a participação se dava por meio de convites. Em São Paulo o primeiro iniciou-se em 1972 até 1975, era uma espécie de reação à impossibilidade de atuação política provocada pela repressão do governo de Médice. No Rio de Janeiro, o primeiro foi fundado por Branca Moreira Alves, que se tornou importante feminista no país, que acabara de voltar dos EUA, onde tivera contato com as ideias feministas do hemisfério norte. De início seu grupo discutia literatura relacionada a mulheres. Segundo Célia Regina, os relatos das participantes de tais grupos demonstra que a preocupação pelas questões feministas era mal vista, como se fosse uma preocupação com uma coisa menor, em relação à situação do país no período. (PINTO, 2003, p. 49). Mesmo com seu caráter informal esses grupos tem importância por serem pioneiros em tratar das questões especificamente femininas, alguns chegaram a fomentar atividades públicas importantes. Em 1975 em São Paulo as reuniões de reflexão de feministas acadêmicas resolveram lançar suas ideias de forma pública: na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. (SBPC) em Belo Horizonte. Os encontros ocorreram por dez anos.

O ano de 1975 foi decretado pela ONU como o ano da mulher, sendo 1975 o primeiro ano da década da mulher, o feminismo passou a ter uma maior visibilidade. Grupos feministas passaram a existir abertamente como o *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, o *Movimento Feminino pela Anistia*. Inclusive, em 1975 foi criado o jornal *Brasil Mulher em Londrina*, ligado ao

---

<sup>7</sup> Bertha Lutz foi a principal representante do feminismo organizado na Primeira Onda do feminismo no país, que organizou a Federação brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) que tinha a conquista do voto feminino como objetivo principal. Era bióloga e membro da elite econômica e intelectual do período, tinha trânsito e reconhecimento entre a elite política de sua época, assim como Romy Medeiros.

movimento de mulheres pela anistia. No início de 1976 é criado por universitárias e ex-militantes estudantis o jornal *Nós mulheres* abertamente feminista, em 1978 juntamente com o *Brasil Mulher* se convertem em porta vozes do feminismo no Brasil (COSTA, 2005, p.5). Tinham uma linguagem marxista e se dirigiam a trabalhadoras pobres, se fixavam mais na luta de classes do que na relação entre os sexos, era uma forma de buscar legitimidade já que o marxismo era ainda a principal ferramenta teórica para análise da política revolucionária (RAGO, 2003, p.4).

No Brasil, com o propósito de comemoração foi criado o evento de nome: “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira” durante esse evento foi criado o *Centro de Desenvolvimento da Mulher brasileira*. Participantes do evento: classe média intelectualizada, com redes de contatos importantes, mas mesmo assim encontrou algumas resistências. Segundo Célia Regina, o *Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira* sofreu com o paradoxo que sempre era enfrentado pelo feminismo no país: divisões entre feministas que achavam questões relacionadas ao corpo e sexualidade secundárias, e se preocupavam em juntar mulheres contra a ditadura com as que buscavam as questões específicas do feminismo. Esse paradoxo do feminismo brasileiro entre a repressão da ditadura e da crítica da militância por ser uma luta fora dos interesses “políticos” dificultava, segundo a autora, a criação de autonomia ao feminismo no Brasil, encontravam dificuldades em colocar suas questões mais específicas em temas de debate mais público. No Centro de Desenvolvimento isso pode ser observado no documento feito em 1978, que foi chamado de Carta às mulheres, no qual se encontravam as reivindicações junto aos candidatos; havia questões gerais como anistia, eleições livres, nas questões específicas eram relacionadas à criação de creches, áreas de lazer e ampliação da merenda escolar. Eram reivindicações relacionadas mais aos movimentos de mulheres (os clubes de mães e associações de bairro) do que ao ideário feminista em si.

Aproveitando a visibilidade proporcionada às questões feministas pelo Ano Internacional da Mulher, foi proposta a instalação de uma CPI –Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional – para examinar a situação feminina em vários setores. Foram chamados para depor representantes de diversos setores e representantes de diversos grupos feministas. Foi um importante meio de denúncia de várias situações de opressão da mulher brasileira, como a situação da mulher no campo, da trabalhadora grávida, das

discriminações no trabalho. Situações que eram consideradas casos particulares foram denunciadas como problemas recorrentes da mulher brasileira. A CPI não teve efeitos práticos, mas “preparou o terreno para muitas das medidas concretas que, a partir dos anos 80, iriam ser tomadas com o fim de corrigir distorções que mais de quatro séculos de discriminações havia imposto às mulheres no Brasil e que não podiam continuar a ser ignoradas” (TOSCANO-GOLDENBERG, 1992, p37).

O movimento de mulheres pela anistia em 1975 foi outro marco importante, denominado “O movimento feminino pela Anistia” fundado por Terezinha Zerbini, cujo marido militar sofrera represálias durante o golpe. O movimento reunia familiares de pessoas exiladas durante o regime, cresceu no Brasil e foi fundamental na campanha pela anistia que ocorreu em 1979. O movimento esteve ligado ao ano internacional da mulher e à própria reunião da ONU. Entretanto, Terezinha não se identificava com o movimento feminista, segundo a autora essa era uma medida estratégica já que o feminismo era mal visto tanto pelo regime quanto pelos militantes e era preciso que a organização conseguisse apoio. Todavia, foram várias as ocasiões em que o movimento pela anistia se expressou através das organizações feministas, como o *Centro da Mulher Brasileira* com o manifesto a favor das presas políticas em greve de fome, que foi assinado pela CDM e pela sociedade *Brasil Mulher* (PINTO, 2003, p. 65).

A questão da violência contra a mulher também começou a ser abordada com mais ênfase devido ao assassinato de Ângela Diniz por Doca Strett em 1976, que mesmo com a mobilização de grupos feministas foi absolvido em 1979. O lema “Quem ama não mata” se transformou em palavra de ordem contra a violência à mulher e à impunidade recorrente aos “crimes de ‘honra’”. Devido a uma grande pressão dos grupos feministas sobre a opinião pública, em um segundo julgamento Doca Strett foi condenado. A questão da violência trouxe muitas pessoas ao movimento a partir daí foram criados os núcleos SOS mulher na década de 80. (TOSCANO-GOLDENBERG, 1992, P. 39).

As ideias mais específicas pela liberação feminina sobre corpo e prazer e questionamento sobre o papel tradicional feminino de mãe e dona de casa provinha em maior parte de mulheres de classe média intelectualizada que mantiveram contato com o feminismo internacional e os novos movimentos culturais e políticos, seja através de viagens ou mesmo através de contato com feministas brasileiras exiladas. Celi Regina afirma que o feminismo

não era visto com bons olhos entre os exilados na Europa e o feminismo das exiladas influenciou muito o feminismo no Brasil. (PINTO, 2003, p.53). Em 1972, em Paris, é fundado o grupo Latino-Americano de mulheres pela ex-militante comunista e auto exilada Dana Prado. Chegou a reunir cem mulheres e mantinha ligações com vários países, inclusive o Brasil. Mas a mais importante organização feminista no exílio foi: o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* que durou de 1975 a 1979. Esses grupos feministas no exílio tinham uma atitude oposta dos grupos de reflexão existentes no Brasil: procuravam a atuação na cena pública e tendo contato com toda a revolução cultural da Europa no período transmitiam essas ideias para as feministas no Brasil. Entretanto, tais grupos não eram visto com bons olhos entre os exilados homens, chegou-se ao extremo da Frente de Brasileiros no Exílio ameaçarem retirar o apoio financeiro das famílias de mulheres que participassem do grupo Latino Americano de Mulheres, com a justificativa de que o grupo era “apolítico” e não contribuía com o fim da ditadura. Em vista disso, podemos observar que o feminismo no Brasil no período tinha uma especificidade:

Por um lado o regime militar e repressivo não via com bons olhos qualquer tipo de organização da sociedade civil, ainda mais quando se tratava de mulheres que, inspiradas nas norte-americanas, ameaçavam a tradição e a família brasileira. Mas o paradoxo se constitui na medida em que as mulheres também não encontravam guarida entre os grupos que lutavam contra a ditadura e professavam ideologias do tipo libertário (PINTO, 2003, p.66).

O movimento feminista nos anos setenta se dividia entre a luta por questões gerais e envolvimento com setores de esquerda e entre a luta específica pelas questões feministas relacionadas a relações de gênero como sexualidade e aborto. Todavia, mesmo enfrentando essa dicotomia, o feminismo no Brasil nascido durante a ditadura teve importante atuação na formação da sociedade civil e na luta e criação de uma nova linguagem de direitos humanos ocorridos durante o processo de busca pela redemocratização. Segundo Elizabeth Cardoso, o afastamento definitivo do feminismo dos partidos de esquerda e questões de classe ocorreu após o I e II Congresso da Mulher Paulista, em 1981. (CARDOSO, 2004, p.69).

## 2.2. Feminismo e redemocratização.

O I e II *Congresso da Mulher Paulista* foi realizado na PUC de São Paulo. Os partidos de esquerda que ainda estavam na clandestinidade queriam convencer as mulheres de que o feminismo era separatista e afastava as pessoas da luta pela igualdade social, entretanto, as feministas participantes do Congresso, com anos de militância e influenciadas pelos estudos sobre gênero, acreditavam que o Congresso deveria ser apolítico voltado de forma central para as questões feministas. O impasse chegou à agressão física entre os membros dos partidos de esquerda e as militantes feministas. O Congresso se tornou o marco da história do feminismo brasileiro como momento de cisão do movimento (CARDOSO, 2004, p.70). Durante o III Congresso no mesmo ano a cisão foi definitiva, pois o grupo de esquerda MR-8 defendeu a proibição de feministas lésbicas no Congresso (indo contra o princípio feminista de liberdade e direito ao corpo) e o PC do B convocou outro congresso na mesma data para esvaziar o primeiro e pressionar um posicionamento ao lado do partido (CARDOSO, 2004, p.70).

Com o início da abertura política, foi inaugurada uma nova fase para o movimento feminista, que pôde se ocupar de suas questões mais específicas, como sexualidade e aborto. Segundo Celi Regina, com a redemocratização enquanto alguns grupos feministas permaneceram afastados de partidos, muitos se dividiram entre os novos partidos (PINTO, 2003, p.68). O discurso feminista passou a invadir os partidos, mas as iniciativas autônomas diminuíram – o que trouxe um aparente esvaziamento do movimento. O movimento começou a passar por um processo de profissionalização, com atuação através de ONGs e entidades feministas ligadas a Universidades. Em 1983 foi criado o primeiro mecanismo de Estado no Brasil voltado para a criação de políticas para mulheres: o *Conselho Estadual da Condição Feminina*. Começaram a ser criados Conselhos pelos direitos da mulher nos estados. Ocorreu a partir da redemocratização o processo de institucionalização do movimento feminista no Brasil:

não foi um processo fácil de ser assimilado no interior do movimento. A participação nos conselhos, e em especial, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), foi uma questão polêmica que incitou os ânimos no VII Encontro Nacional Feminista, 14 realizado em 1985, em Belo Horizonte. A perspectiva de atuar no âmbito do Estado representava para muitas mulheres, uma brecha na luta pela autonomia do movimento feminista (COSTA, 2005, p.6).

Entretanto, as lideranças e participantes dos movimentos feministas sabiam da importância do poder do Estado para influenciar a sociedade através de leis e políticas públicas que atendessem aos objetivos do movimento de mudança de mentalidades mesmo em relação à equidade de gênero. Era importante, portanto, uma articulação com o Estado e fiscalizar e procurar influenciá-lo para o desenvolvimento de políticas de acordo com os interesses feministas. (COSTA, 2005, P.7)

O CDNM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) sob essa perspectiva teve forte atuação na criação de políticas públicas e foi responsável por garantir maior reconhecimento ao movimento perante a sociedade. Inclusive o CDNM junto com movimentos feministas autônomos e outros grupos de mulheres foram responsáveis pela campanha “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, que visava atender as demandas das mulheres junto a Constituinte. Foram feitos vários encontros regionais e posteriormente um encontro nacional no qual as demandas foram sistematizadas e apresentadas à sociedade civil e aos membros da assembleia constituinte a Carta das mulheres à Assembleia Constituinte<sup>8</sup> (COSTA, 2005, p.7).

Toda a ação de convencimento do movimento, que ficou conhecida como “Lobby do Batom”, conseguiu com que 80% das demandas fossem atendidas, com destaque para a igualdade entre o casal na sociedade conjugal, extinguindo a anterior tutela masculina. Também teve importância a “bancada feminina”: constituintes do sexo feminino que independente de diferenças partidárias se uniram e apresentaram em bloco as demandas do movimento, garantindo assim sua aprovação. Foi uma ação típica de movimentos sociais, atuando sem depender da representação: “constitui-se em pressão organizada, tem tido retornos significativos em momentos de mobilização e pode ser entendida como uma resposta à falência do sistema partidário como espaço de participação” (PINTO, 1994, p. 265) Segundo Costa, exatamente por causa de seu compromisso com o movimento de mulheres, o CDNM foi desfeito durante o governo Sarney, atendendo a interesses conservadores (COSTA, 2005, p. 8).

Fora da esfera política partidária, os grupos feministas autônomos tiveram forte atuação nas questões sobre violência contra a mulher e sobre saúde.

Muitos grupos feministas passaram a ter uma atuação mais profissional, muitos se tornaram ONGs (organizações não governamentais) que buscavam políticas públicas

---

<sup>8</sup> Na carta haviam demandas relacionadas à justiça social, saúde, reforma agrária, trabalho e demandas específicas as mulheres como direitos de propriedade, sociedade conjugal e violência contra a mulher, delegacias especializadas e questões sobre aborto. Para ver as demandas de forma mais detalhada ver Pinto, 2003, p.72-78.

específicas, como políticas relacionadas à saúde da mulher, contra a violência doméstica – inclusive foi durante essa década que foram criadas as primeiras delegacias específicas para mulheres, a partir de 1985. Um caso que reacendeu a discussão sobre violência contra a mulher no período foi o assassinato da cantora Eliane Aparecida Grammont. No dia 30 de março de 1981, o cantor Lindomar Castilho matou com um tiro Eliane que era sua ex-mulher, aconteceram várias mobilizações por todo o país exigindo a punição do cantor e exigindo que se tomassem medidas contra a banalização e impunidade nos crimes cometidos contra mulheres.

Além da luta contra a violência, no período o movimento feminista demonstrou grande atuação em relação à implantação de centros de atendimento e políticas relacionados a saúde feminina, não apenas relacionados à maternidade ou câncer de mama, mas que também abordavam temas como anticoncepção, aborto e sexualidade. Nesta década foi forte a atuação feminista em campanhas de planejamento familiar. Havia a preocupação de tais políticas feitas em âmbito governamental e institucional mascararem na verdade políticas discriminatórias de controle da natalidade entre a população mais pobre do país.

Os grupos de combate à violência e os que visavam o atendimento a saúde feminina<sup>9</sup> tinham duas formas de atuação: além de prestar uma assistência social às mulheres, eram grupos de discussão que elaboravam documentos e demandas por políticas públicas.

### **2.3-1 O “Feminismo acadêmico”.**

Durante essa década outra esfera de atuação do movimento feminista que se desenvolveu muito no país, foram as pesquisas e estudos sobre a condição feminina nas Universidades. Foi o que Celi Regina denominou de “feminismo acadêmico” (PINTO, 2003, p.85). O amplo desenvolvimento do feminismo acadêmico é natural já que o movimento feminista surgiu em meio a camadas intelectualizadas, não só no Brasil, mas na Europa e nos EUA, mesmo na primeira onda quando as feministas brasileiras atuavam muito através da

---

<sup>9</sup> Alguns grupos e políticas públicas importantes de atendimento à mulher criados no país na década de oitenta foram: o SOS Corpo em Recife, referência nacional sobre saúde da mulher; SOS mulher no Rio de Janeiro, inaugurado em 1981, contra a violência; o PAISM (Programa de atenção Integral à saúde da Mulher) implantado pelo Ministério da Saúde em 1986; o Conselho Estadual da condição feminina em São Paulo em 1983; o Conselho Nacional da Mulher criado em 1985 e o CEDIM- Conselho estadual dos direitos da mulher do Rio de Janeiro em 1987.



imprensa. Por isso, ocorreu muito facilmente a aproximação do feminismo com a Universidade.

No Brasil, a obra inaugural dos estudos sobre a mulher foi publicada em 1969, *A mulher na sociedade de Classes* de Heleieth Saffioti, derivado de sua tese de livre docência, orientada pelo historiador Florestan Fernandes. Helen trouxe o tema da opressão feminina dentro do debate Marxista. Porém foi no final dos anos setenta que a produção acadêmica feminista começou a tomar fôlego. A fundação Carlos Chagas teve grande importância, pois financiada pela Fundação Ford realizou oito concursos de 1978 a 1998 visando à dotação de recursos para a pesquisa sobre a mulher, os concursos financiaram 170 projetos em várias regiões e os resultados foram reunidos em várias coletâneas. O Departamento de Pesquisa da fundação tornou-se referência internacional para os estudos das mulheres no Brasil, foi criado um banco de dados sobre o trabalho da mulher, disponível na página da Fundação.<sup>10</sup> São criados nas universidades núcleos de estudos sobre a temática feminina. Na PUC do Rio de Janeiro em 1981 foi criado o primeiro núcleo de estudos da mulher. Começaram a ser feitos muitos estudos sobre a questão feminina até que a ANPOCS (Associação nacional de pós-graduação em ciências sociais) criou um espaço exclusivo para esse tema em suas reuniões anuais. (TOSCANO- GOLDENBERG, 1992, p.40).

O feminismo na década de oitenta caracterizou-se pela institucionalização do movimento levando a certa “profissionalização” dos grupos e apresentou avanços em relação à abertura de espaços junto aos órgãos estatais para as demandas feministas e influência na Legislação, exceto em demandas relacionadas à questão do aborto. Também apresentou um grande avanço no meio acadêmico devido ao crescimento dos estudos sobre a mulher no país, o que trouxe maior legitimidade ao movimento.

Em seguida, considerando as diferentes contribuições do movimento feminista, aqui apresentadas, investigaremos que discurso sobre gênero pode ser observado na sociedade brasileira na década de 80. Essa investigação será feita a partir da análise do discurso presente na principal publicação feminista da década de 1980, o jornal *Mulherio*. Cabe, por fim, considerar que possíveis transformações subjetivas da sociedade brasileira, incluindo novas formas de relacionamento e sexualidade, poderiam ser sinalizadas por tal análise.

---

<sup>10</sup> [www.fcc.org.br](http://www.fcc.org.br)

### 3. Sexualidade e subjetividade na sociedade brasileira nas páginas de *Mulherio*.

O movimento feminista levantou a discussão sobre a condição da mulher na sociedade em relação a vários setores como trabalho, ambiente familiar, sexualidade. No Brasil, sua atuação foi igualmente importante para o período de reconstrução da democracia e para a elaboração de uma nova linguagem de direitos humanos e civis no país. Todavia, o quanto essas conquistas do movimento feminista repercutiram na sociedade brasileira? Juridicamente e no âmbito institucional aconteceram muitos avanços, mas as discussões levantadas pelo movimento realmente suscitaram novas formas de pensar na sociedade em relação às mulheres e lhes possibilitou novas formas de vivenciar sua sexualidade e proporcionaram novas formas de relacionamento?

Para considerar tais questões, a abordagem escolhida foi analisar o discurso sobre gênero presente na imprensa feminista, a partir do jornal *Mulherio*, publicação da década de oitenta. A imprensa feminista sempre foi um importante meio de divulgação das ideias feministas e de sua forma de se pensar a política, abordando temas geralmente ignorados pela imprensa tradicional. Todavia, antes de abordarmos especificamente a publicação escolhida é importante conhecer a evolução e principais características da imprensa feminista no país.

#### **3.1. Imprensa feminista no Brasil.**

A imprensa feminista é um objeto ainda pouco abordado na historiografia. Ducília Buitoni é autora de trabalhos pioneiros<sup>11</sup>, mas seu foco nesses trabalhos não era exatamente a imprensa feminista, mas a imprensa feminina em geral (imprensa voltada para o público feminino, sem necessariamente defender causas feministas). A imprensa foi um veículo muito utilizado pelo movimento feminista, mesmo em seus primórdios.. As mulheres que escreviam nos primórdios da imprensa feminista tinham uma postura diferente com opiniões mais radicais sobre a condição da mulher. A maioria das produções eram jornais artesanais. Desde o final do século XIX o jornalismo feminista era bem atuante, além dos jornais das capitais havia várias pequenas publicações que circulavam pelo interior do país. A grande

---

<sup>11</sup> Seus principais trabalhos sobre imprensa feminina: BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1990 e BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. 2ª ed. São Paulo Editora Summus, 2009.

atividade jornalística em um período que o país possuía grande maioria da população analfabeta, sobretudo entre mulheres, se justifica pelo fato da imprensa ser o único meio de comunicação de massas (PINTO, 2003, p.31). Duas importantes publicações da época foram *A Família* de Josephina Álvares de Azevedo, que circulou entre 1888 e 1897, que tinha como preocupação principal a necessidade da educação para as mulheres; e *O Sexo Feminino*, de 1873, de Francisca Motta Dinniz, possivelmente o primeiro a abordar a causa das mulheres (PINTO, 2003, p.31) que se preocupava com os direitos da mulher no casamento. Posteriormente, passou a se chamar *15 de novembro das mulheres* em decorrência da Proclamação da República. Foi quando o jornal tornou-se mais político e passou a abordar a questão do voto feminino. As mulheres que mantinham esse tipo de publicação eram de origem excepcional, de famílias com cultura muito acima da média do país. A imprensa feminista na época fez parte de um período em que havia uma incipiente construção de espaços públicos na sociedade brasileira, do qual tantos setores eram excluídos e procuravam agora se fazer presentes no espaço público.

Durante a “Segunda Onda” do feminismo no Brasil, o ressurgimento da imprensa feminista se deu em circunstâncias semelhantes, foi no período de transição democrática que surgiram as primeiras publicações. Tais jornais faziam parte de uma categoria de imprensa chamada por alguns de imprensa alternativa: tinha características de esquerda e de oposição à ditadura. Geralmente, eram de produção artesanal, com a venda feita de mão em mão, podendo até ser encontrada nas bancas, mas a circulação se dava principalmente em meio à militância, em eventos ou nas próprias sedes das organizações (LEITE, 2003, p.234).

A imprensa alternativa tinha vários representantes, com jornais que abordavam temas variados como *O Pasquim*, *Movimento*, *Em tempo*, *Ovelha Negra*. Em meio a essa imprensa alternativa, no período pós-1975, surgem os jornais voltados para a questão feminista. Rosalinda Cruz Leite (LEITE, 2003) traz as origens da imprensa feminista na década de 1970 por meio do estudo dos principais jornais feministas do período: *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, dois jornais de São Paulo, e os relaciona com a luta contra o regime militar.

O *Brasil Mulher* era uma publicação da Sociedade Brasil Mulher. Foram 16 edições regulares e mais quatro denominadas “extras” de 1975 a 1980. O *Nós Mulheres*, foi publicado pela Associação de Mulheres, teve oito edições, que circularam de 1976 a 1978. (LEITE, 2003, p.235) Segundo Rosalina Leite (LEITE, 2003, p.235) os dois jornais surgiram no

período pós-luta armada (a partir de 1978) quando começou um abrandamento em relação à censura de imprensa. As duas publicações procuravam articular as questões feministas com outras questões presentes na sociedade no período: uma maior preocupação com a redemocratização do país, com o fim da ditadura e a desigualdade do país. O *Brasil Mulher*, por exemplo, era veículo da luta pela Anistia. Como acontecia com o movimento feminista no período da ditadura, os jornais feministas se dividiam entre abordar a luta específica das mulheres ou as questões de classe, prevalecendo geralmente o último caso.

Elizabeth Cardoso (CARDOSO, 2004) faz em sua dissertação um perfil do jornalismo feminista e pesquisou nos principais acervos do país: Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), instalado na Unicamp, Campinas (SP); a Biblioteca da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo (SP) e a Biblioteca do Centro de Informação da Mulher (CIM), sediada em São Paulo (SP). Encontrou 75 periódicos feministas do período pós-74 e os classificou em duas fases: primeira e segunda geração de jornais feministas. A primeira geração abordaria temas relacionados a questões de classe e diferenças sociais, como era o caso dos jornais *Brasil Mulher e Nós Mulheres*. Os de segunda geração seriam voltados para questões de gênero e outros temas mais específicos do feminismo, como sexualidade, planejamento familiar e violência contra as mulheres, sendo declaradamente feministas. O marco histórico para essa divisão entre a imprensa feminista seria I e II *Congressos da Mulher em São Paulo* em 1981, que provocou a cisão do movimento feminista com as questões de classe e de esquerda, bem como a sua imprensa. O *Mulherio*, considerado por Elizabeth Cardoso um jornal feminista de segunda geração, se assumia feminista e se preocupava em afirmar a autonomia do movimento frente a outras questões políticas.

### **3.2. Mulherio**

*Mulherio* é considerado o jornal feminista mais importante da década de oitenta e tinha alcance nacional (PINTO, 2003, p. 86). O *Mulherio* foi projetado por um grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, muitas atuantes no movimento feminista. A princípio, a Fundação criou o jornal para divulgar sua produção em relação aos estudos sobre mulheres. No departamento dessa instituição de pesquisa surge o Núcleo de Pesquisa em Estudos da Mulher. A multinacional Ford era a patrocinadora da Fundação, havia o interesse em avaliar e estimular a produção sobre mulheres no país. Isso faz com que o *Mulherio* já nasça institucionalizado ao contrário de outros jornais feministas. Além da divulgação das

pesquisas, o jornal abordava temas variados relacionados ao feminismo. De acordo com a classificação feita por Elizabeth Cardoso (CARDOSO, 2004, p.65) em sua pesquisa sobre imprensa feminista, o *Mulherio* seria um jornal feminista de segunda geração, cujo foco era as questões específicas relacionadas ao feminismo como sexualidade. A publicação fazia um panorama nacional de temas relacionados à mulher. Era leitura obrigatória dos principais grupos feministas do país e tinha uma seção voltada para as notícias sobre tais grupos. O jornal *Mulherio* também é uma fonte que ainda não foi muito trabalhada, pois a maioria das pesquisas sobre imprensa feminista brasileira se concentram nos jornais dos anos setenta, *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*. Pesquisas anteriores sobre o *Mulherio* trabalharam temas como violência, aborto e política<sup>12</sup>. Por todos esses fatores, o jornal foi escolhido como fonte para a pesquisa.

O jornal passou por três fases: de março de 1981 a setembro de 1983, foram publicados 15 números, sendo a responsável pelo projeto a pesquisadora Fúlvia Rosemberg e, como editora e jornalista responsável Adélia Borges. O jornal recebia subsídios da Fundação Ford para concretizar-se. Em 1984, por causa de algumas discordâncias sobre a pauta editorial, o jornal sai da Fundação Carlos Chagas. Na nova fase do jornal ocorreu de 1984 a 1988, ainda com o apoio da Fundação Ford, foi criado o Núcleo de Comunicação Mulherio, sob a responsabilidade editorial da jornalista Inês Castilho. A partir de 1988, o jornal não tinha mais o apoio da Fundação Ford, mudou o nome para *Nexo Feminino* publicando ainda dois números, mas encerrando as atividades por falta de meios de sustento<sup>13</sup>.

A edição zero foi lançada em maio de 1981 com quatro páginas para divulgação do jornal e expor seus objetivos. O conselho editorial era formado por: Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Maria Carneiro da Cunha, Maria Malta Campos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade, Mariza Correa, Ruth Cardoso. Tratam-

---

<sup>12</sup> “A ‘irmandade de mulheres’ no jornal Mulherio (1981-1982)”, trabalho de conclusão de curso de Lilian Lemos, apresentado ao curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina e “A atuação do movimento feminista e a questão da legalização do aborto através das páginas do jornal Mulherio. (1981 – 1988)”, de Sidarta Rodrigues de Souza, também um trabalho de conclusão de curso de História, e “O movimento feminista nas páginas dos jornais feministas do Brasil e da Argentina: Nós Mulheres, Mulherio e Persona em cena”, de Maria Cristina de Oliveira Athayde e “Imprensa feminista brasileira pós- 1974”, de Elizabeth Cardoso e “A mulher, que sempre falou pelos cotovelos, agora fala pela Constituinte- A imprensa feminista e a Constituinte” trabalho de conclusão de curso de Laís de Almeida Medeiros, sobre a participação feminina na elaboração da Constituinte de 1988 através das páginas de Mulherio.

<sup>13</sup> Informações retiradas do site da Fundação Carlos Chagas.

se de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, sendo representantes do “feminismo acadêmico” do país. A publicação procurou deixar claro sua posição, postura e público que pretendia atingir:

(...) *Mulherio* não terá uma posição pré-estabelecida sobre este ou aquele assunto - seja planejamento familiar ou tendências no movimento feminista. Pretendemos, sim, debater todos os problemas que afetam a mulher, abrindo espaço para a discussão ampla das diferentes posições. (MULHERIO, 1981, nº0, P1)

O próprio jornal já se posiciona como veículo de transmissão de informações sobre pesquisa de estudos sobre a condição feminina com a intenção de atingir três públicos principais: os órgãos de comunicação, os grupos feministas e as entidades culturais e acadêmicas. Uma das justificativas apresentadas para a existência do jornal seria a falta de um veículo que tratasse os problemas da mulher brasileira. Posicionava-se como veículo de orientação teórica e pedagógica para os grupos feministas:

Aos poucos, percebeu-se que um boletim deste tipo seria útil também para os diversos núcleos organizados de mulheres, que em pouco tempo multiplicaram-se em todo o País. E que sentem falta não só de um canal onde possam trocar suas experiências, mas também onde encontrem resultados de pesquisas sólidas, capazes de orientar suas atividades práticas. (MULHERIO, 1981, nº0, P1).

O jornal também deixa claro o motivo por ter escolhido o nome *Mulherio*, já que popularmente tal nome teria um aspecto pejorativo para as mulheres:

*Mulherio*. Quase sempre, a palavra empregada com sentido pejorativo, associada a histerismo, gritaria, chatice, fofocagem ou, então, ‘gostosura’. Mas qual é a palavra relacionada à mulher que não tem essa conotação? O próprio verbete mulher é apresentado no dicionário de forma especial (...). *Mulherio*, por sua vez, nada mais é do que ‘as mulheres’ ou ‘uma grande porção de mulheres’. E o que somos, é o que este jornal será (...) (MULHERIO, 1981, nº0, P.1)

Mesmo com essas justificativas o termo é criticado posteriormente nas edições seguintes por alguns leitores enquanto outros defendiam o uso do termo, trazendo uma polêmica parecida com aquela trazida pela denominação dada à contemporânea “Marcha das

Vadias”<sup>14</sup>. Já na edição seguinte de número 1, alguns leitores se manifestaram contra o termo, nesse caso quatro leitoras de São Paulo: Maria Otília Bochini, Cacilda Ascitti, Girela Eckschmth e Hilda Alencar Gil:

Diante das palavras depreciativas, podemos tomar uma atitude reformista - “vamos pegar essa palavra do passado; carregada de desprezo, e gastar energia em melhorá-la, tentar dar-lhe um novo significado”. Mas o mais desejável é criar outras formas de expressar as novas realidades que estamos criando. Não é por acaso que os feministas de língua inglesa usam as palavras *sisterhood* (algo como o feminino de fraternidade) e *womankind* (algo como o feminino de humanidade). Não é por acaso que a inglesa Penelope Leach escreve um livro sobre educação de crianças no feminino: como trocar fraldas de sua filha, como amamentá-la. Uma coisa nova não pode ter um nome velho, ainda mais um nome cunhado e usado pelo opressor. Assim, nossa proposta é de que o nome do jornal seja mudado. (MULHERIO, 1981, nº1, p.2)

Por outro lado, alguns leitores se mostravam favoráveis ao uso do nome, como foi o caso da leitora Margot Piva, que escrevia em nome de um grupo feminista da Bahia do qual era representante:

(...) em nome da Sociedade Brasil Mulher - núcleo Salvador, votos de muito sucesso para o Mulherio (nome aliás que valorizamos, pois acreditamos que certas palavras: se bem utilizadas podem perder as conotações negativas a elas atribuídas pela sociedade machista em que vivemos)(...) (MULHERIO, 1981, n2, p.2)

Contudo, apesar das discussões o nome da publicação permaneceu o mesmo até 1988, quando se desvinculou da Fundação Ford e passou a se chamar *Nexo Feminino*.

O preço inicial era de Cr\$ 50,00. Podia ser encontrado em livrarias e a publicação disponibilizava assinaturas anuais. Só era fornecido gratuitamente para órgãos de imprensa, instituições acadêmicas e grupos organizados de mulheres de todo o país.

---

<sup>14</sup> Foi uma forma de protesto público que começou a ser utilizada em 2011 em Toronto no Canadá. Teria iniciado como reação a uma palestra feita por policiais em uma universidade sobre prevenção ao estupro. Um dos policiais teria dito que se as mulheres não se vestissem como “vadias”, não aconteceriam tantos estupros, responsabilizando as próprias vítimas pela agressão. Isso iniciou uma série de manifestações que foram denominadas de “marcha das vadias” como forma de protesto: se agir livremente significava serem vadias, as militantes adotavam o rótulo de vadias. Aconteceram versões dessa marcha em vários países, as jovens protestam com a exposição do próprio corpo geralmente com seios à mostra numa forma de reivindicar o respeito pelo corpo da mulher mesmo que ela não siga normas padronizadas de comportamento. Há controvérsias entre as militantes e pesquisadoras feministas sobre a adequação do uso do termo para o movimento. (HELENE, 2013, P. 68).

O jornal se estruturava da seguinte forma: uma matéria principal de capa, matérias secundárias com temas que variavam e seções fixas: cartas de leitores, literatura, televisão, arte, uma seção para pesquisas sobre a condição feminina e uma voltada para as ações dos grupos feministas, chamada “Movimento”. Havia ainda a seção “Cozinha” com temas variados – geralmente essa seção continha uma charge sobre um tema feminista. O jornal iniciou com tiragem bimestral, posteriormente passou a ter uma tiragem trimestral e por fim mensal. A média era de 20 páginas por número.

Segundo a classificação de Elizabeth Cardoso, o *Mulherio* era um jornal feminista “noticioso”, pois trazia um *mix* de notícias. Entretanto, observando as 39 edições do jornal, se pode verificar que alguns temas abordados eram mais recorrentes: violência contra a mulher, política com ênfase na legislação, planejamento familiar, trabalho feminino e aborto.

Devido ao interesse específico da presente pesquisa, o tema escolhido como recorte para o trabalho foram as reportagens sobre sexualidade e questões relacionadas, como planejamento familiar e aborto. A escolha foi feita também devido a esses temas ainda estarem fortemente presentes nas discussões do movimento feminista atual.

### **3.3. Sexualidade em Mulherio.**

Por ser uma publicação originada de uma fundação voltada para pesquisa e ter seu conselho editorial formado por pesquisadoras, muitas matérias sobre sexualidade refletiam resultados de pesquisa ou eram trechos de artigos escritos por pesquisadoras. Devido a esse local específico de origem da publicação, o ambiente acadêmico, o *Mulherio* possuía mais liberdade e mesmo legitimidade para abordar o tema. O *Mulherio* é uma clara expressão do crescimento do feminismo acadêmico, que nessa década avançou fortemente no país, em seus estudos sobre as mulheres e na busca por compreender as raízes da opressão feminina. São temas recorrentes no jornal o questionamento à determinação de papéis sexuais e os investimentos de poder e subjetivação sobre o corpo feminino e sua sexualidade por meio de várias instâncias da sociedade: seja por meio da exploração comercial da mídia, dos programas de saúde dos órgãos governamentais ou por meio da violência. Os artigos que abordavam tais temas refletiam as novas linhas teóricas que surgiam no período.

A sexualidade é um tema que foi abordado de diferentes maneiras pelo periódico. O tema na verdade perpassa praticamente toda a publicação, desde as reportagens sobre saúde,



ao abordar o planejamento familiar, em relação ao trabalho feminino e até nos artigos sobre política e Legislação a sexualidade feminina sempre permeia a discussão. O que é natural por se tratar de um jornal assumidamente feminista, já que a opressão das mulheres se exerce, sobretudo por meio do controle e condução de sua sexualidade.

Observando as 39 edições do jornal, pode-se perceber que a questão da sexualidade foi abordada de forma mais específica em pelo menos 25 números.

A publicação se preocupava em deixar claro que a sexualidade era uma questão importante, que precisava ser discutida pela sociedade. O jornal apresentava tal intenção pois o regime militar o feminismo se voltou para questões sociais e para luta pela redemocratização, visto que suas questões específicas, como a sexualidade, eram consideradas menos importantes devido aos problemas políticos e sociais do país. Em vários momentos *Mulherio* enfatiza a importância das discussões sobre sexualidade para as classes populares e em demonstrar como o tema estaria se tornando uma demanda para essa parcela da população, o que seria uma forma de legitimar a abordagem do assunto pelos grupos feministas e pelo próprio jornal. A própria publicação assume essa necessidade de legitimação: “Foi à iniciativa das mulheres pobres das periferias urbanas que, ao levantar a demanda por educação sexual e planejamento familiar lhes deu a legitimidade necessária para colocar esses itens na pauta das discussões públicas” (MULHERIO, 1988, nº 37, p.6).

O jornal investia na divulgação de pesquisas sobre sexualidade feitas sobre as classes populares, bem como apresentava experiências de grupos feministas que atuavam junto a mulheres da periferia, por meio de atendimentos sobre sexologia fornecidos por esses grupos em Hospitais Públicos ou nos clubes de mães e associações de bairro. Entretanto, o jornal se coloca contra a abordagem que tais grupos faziam da sexualidade, de uma forma clínica e vinculando o prazer à procriação, como o faz na edição n. 5 ao relatar a atuação de um grupo feminista de São Paulo *Sexualidade e Política*, que havia lançado uma espécie de cartilha sobre sexo para mulheres atuantes de clubes de mães e associações de bairro. *Mulherio* critica o folheto:

Pena que um folheto que leva esse nome reserve para o prazer um texto de pouco mais de uma página, e, ainda por cima, espremido entre a reprodução e a contracepção! Principalmente quando se sabe que falar de prazer, descobrir o prazer, sentir prazer empolga, entusiasmo (...) (MULHERIO, 1982, nº 5, p21).

De acordo com a publicação, segundo o relato das feministas que atuavam nesses programas, o interesse de mulheres de classes populares em relação a sexualidade seria impulsionada por três fatores fundamentais. Em primeiro lugar, uma necessidade de educação sexual já que as mulheres não tinham mais certeza de qual educação sexual e valores transmitirem aos filhos devido as modificações dos anos anteriores. E, segundo lugar, a necessidade de controlar a própria fecundidade, pois devido a grande urbanização e migração houve a necessidade de evitar filhos, mas a falta de informação fez com que as mulheres ficassem sujeitas aos programas falhos do governo e de entidades privadas que visava evitar nascimentos mesmo à custa de saúde das mulheres, como o uso de pílulas e esterilizações. Em terceiro lugar, a busca pelo prazer, mas ainda atrelado à ideia de amor, o que tornaria o prazer “completo” (ou na verdade, legítimo). A necessidade de se obter informações sobre o próprio prazer, segundo o jornal, raramente era expressa claramente pelas mulheres, mas se revela quando a mulher busca assistência sobre planejamento familiar e educação dos filhos, temas considerados mais legítimos socialmente.

O jornal considerava importante essa função pedagógica sobre sexo e sexualidade em relação a tais grupos sociais, pois seria uma forma de auxiliar tais mulheres a recuperarem o controle sobre o próprio corpo, tão vítima de variados processos de sujeição, que estão presentes em todas as camadas da sociedade, mas que atuariam com opressão mais marcada em estratos sociais em situação de maior vulnerabilidade social e econômica. O corpo como instrumento de subjetivação que visasse à opressão e controle do indivíduo era tema de vários artigos no jornal. A edição número 5 tem como tema central o corpo feminino, demonstrando sua opressão sob variados temas: imposição dos padrões de beleza, medicalização, imposição de comportamentos, violência. A publicação demonstra que o corpo ser alvo de manipulação e controle fora a vontade da própria mulher, não se trata apenas de uma questão pessoal, mas sim política:

O corpo da mulher sempre teve muitos donos, que dizem o que pode e o que não pode, o que "fica bem" e o que é proibido. Mesmo que sejam ordens aparentemente tão contraditórias quanto "esse decote eu não deixo" ou "use esse decote para eu fazer bons negócios". Vamos nos apropriar de nosso corpo? Vamos aprender a cuidar dele nós mesmas, do jeito que a gente quer? Vamos conhecê-lo? Neste número de Mulherio, é sobre esse assunto que nós falamos, em várias frentes: a beleza, a sexualidade, a saúde (MULHERIO, 1982, N°5, p.23)

A preocupação com o corpo propagada pelos meios de comunicação seria mais objetivada em relação à estética, se usa os termos em pauta nas correntes de protesto dos anos 60, mas o aspecto anterior de rebeldia foi totalmente absorvido se tornando algo mercantilizado.

A publicação denunciava as constantes intervenções médicas no corpo feminino que se tornavam meios de controle e condução de sua sexualidade. A edição de número 28 trabalha essa questão do papel da intervenção do saber médico no condicionamento da subjetividade feminina, desde a infância e das várias fases da vida principalmente as relacionadas à sua reprodução:

A história da sexualidade feminina se confunde com a história do nosso corpo e da vida reprodutiva reprodução: as intervenções médicas. Formas artificiais do parto, até a anticoncepção cheia de riscos. Para tudo isso o corpo feminino já é condicionado, no controle de seus movimentos. A expressão de feminilidade aceita vem na forma de prenhes ou das doenças femininas (MULHERIO, 1987, n°28, p.5).

O jornal se posicionava contra o que chamava de “mito do poder absoluto dos médicos” (MULHERIO, 1987, n°33, p.16) sobre o corpo e saúde femininos, reforçando a questão da necessidade em que as mulheres tenham conhecimento de seu próprio corpo e também reivindiquem por procedimentos clínicos mais dignos que respeitem sua autonomia.

A questão da intervenção do saber da medicina nos corpos, exercendo variados mecanismos de subjetivação e controle da sexualidade está sempre presente nas matérias que tratam sobre as políticas de planejamento familiar, as discussões sobre aborto e sobre as novas tecnologias de reprodução assistida surgidas no período. *Mulherio* trabalha esses temas relacionando-os à sexualidade e justifica tal abordagem tendo em vista que a subjugação feminina se dá, sobretudo, por meio da condução de sua sexualidade que tem no controle de sua reprodução uma das suas principais expressões. Tornava-se questão central a autonomia da mulher sobre seu próprio corpo. Portanto, isso deveria ser expresso, sobretudo no controle da sua fecundidade:

“Se no início do movimento estava preocupado em não ser confundido com o feminismo burguês – insistindo na luta geral, na democratização e nas questões de classe – ao se afirmar ele assume e dá grande ênfase à luta pelo controle da

fecundidade. Não porque essa seja a luta mais importante mas porque só o feminismo cuida dela”(MULHERIO, 1985, nº 21, p.8.)

Tendo isso em vista, a questão do planejamento familiar<sup>15</sup> tornava-se central para o jornal. Denunciava as políticas de controle e manipulação da população mais pobre, através de distribuição indiscriminada e sem acompanhamento médico de pílulas anticoncepcionais e campanhas de esterilização em massa de mulheres de regiões mais pobres do país, frequentes nos anos oitenta. Durante esta década criaram-se projetos governamentais como o PAISM, Programa de Assistência Integral à Saúde a Mulher, uma conquista feminista que a princípio objetivava a criação de políticas públicas que proporcionassem um planejamento familiar consciente, direito de todas as mulheres. Entretanto, segundo a publicação havia o receio de que na verdade fossem implementadas medidas discriminatórias de controle da natalidade (MULHERIO, 1987, nº28, p8). Era frequente a discussão sobre a responsabilidade masculina sobre a anticoncepção e a falta de empenho em se produzir pesquisas sobre anticoncepcionais masculinos, que segundo o jornal seriam reflexo do pensamento de que cabe às mulheres toda a responsabilidade da procriação. Segundo a publicação, a liberação sexual em parte teria agravado a situação, tendo em vista que, liberado dos antigos compromissos da moral tradicional, os homens estariam duplamente desobrigados da responsabilidade que recaía sobre as mulheres. Todavia, havia a preocupação sobre medidas de controle de natalidade também em relação aos homens, como pode ser visto no número 24 quando o jornal discute a vasectomia e os programas que a ofereciam a homens de classes populares, sem fornecer informações adequadas sobre o procedimento no que tange a consequências e aspectos psicológicos: medo do arrependimento, o drama pessoal de não mais entender-se com elemento reprodutor, etc.. Tal falta de esclarecimento também evidenciava-se em relação às esterilizações femininas (MULHERIO, 1986, nº24. p.15).

O aborto<sup>16</sup> e toda a discussão em torno dele estavam intimamente relacionados, sendo constantemente abordados pelo jornal. A edição de número 30 traz o aborto na capa como assunto principal, no qual foram analisados os trâmites sobre aborto na Legislação, em especial na elaboração da Constituinte. Em várias edições a publicação acompanhou o processo de formação da constituinte de 1988 e a atuação do feminismo para implantar

<sup>15</sup> O tema aparece com destaque maior nas seguintes edições: n3, n8, n14, n17, n22, n24, n28, n30. Entretanto, aparece em quase todas as edições em pequenas notas.

<sup>16</sup> As diversas discussões sobre aborto foram trabalhadas sobretudo nas edições : nº4, nº8, nº13, nº15, nº16, nº26, nº30.

medidas que viabilizassem um melhor controle das mulheres sobre o próprio corpo e a sua vida reprodutiva, sobretudo em relação à busca pela legalização do aborto. Muitas conquistas foram atingidas, mas exatamente a questão do aborto não foi discutida, apesar de estar entre as demandas para a Constituinte, devido a forte pressão de setores conservadores como a Igreja. O jornal denuncia a dificuldade de garantir o aborto para as mulheres mesmo em casos permitidos por lei, sobretudo em casos de estupro. Denuncia as falhas da legislação, firmadas em preconceitos que tendiam a responsabilizar as vítimas. Como acontecia em casos em que o processo era arquivado por falta de provas. A publicação ressalta a dificuldade em se conseguir tais provas, sendo a palavra da vítima sempre colocada em dúvida. Na edição de n4, em artigo de Maria Carneiro da Cunha são denunciados alguns desses casos. A posição adotada pela autora do artigo é que toda a discussão moral sobre o aborto esconde uma discussão política: quem deve controlar a reprodução humana? O Estado, os homens, as mulheres diretamente envolvidas? Para a autora, o Estado não pode atender uma linha religiosa ou moral, mas sim atender as necessidades da população como um todo.

Na edição de número 29 (MULHERIO, 1987, n°29, p.7), o jornal amplia a discussão para o tema da inseminação artificial e técnicas de reprodução assistida, sobretudo considerando as implicações éticas e jurídicas, tais procedimentos, assim como o aborto, não eram legalizados no país. Observa-se um alerta para a necessidade de avaliar o perigo de médicos utilizarem seus pacientes como “cobaias”. O jornal também desconstrói os discursos de setores que eram contra tais técnicas. A Igreja, por exemplo, condenava o uso de “barrigas de aluguel”. O argumento era que o procedimento ia contra o “instinto maternal”. O jornal trabalha em vários números<sup>17</sup>. essa questão da maternidade ser considerada pelo senso comum como algo “natural” para a mulher, assim como a discussão sobre a responsabilidade do cuidado dos filhos ser responsabilidade exclusivamente feminina. Seriam na verdade construções discursivas e não algo relacionado a uma suposta “natureza” feminina.

Por meio das matérias sobre planejamento familiar, aborto e reprodução assistida, percebe-se o princípio de uma discussão que na década seguinte evoluiria para os primeiros estudos e pesquisas sobre uma bioética feminista<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> N° 1, n°2, n°4, n°9, n°10.

<sup>18</sup> A bioética feminista é a análise de todas as questões bioéticas sob a perspectiva crítica Feminista Por exemplo, as tentativas de controle da natalidade visam um controle sobre os corpos, retirando do indivíduo a possibilidade de decidir sobre si mesmo. Sobre as técnicas de reprodução assistida, nem sempre o consentimento das mulheres

Em várias edições o jornal procura fazer um balanço dos últimos anos, desde as revoluções culturais políticas dos anos sessenta e setenta até as modificações que se fizeram efetivas na sociedade brasileira. Considera-se, sobretudo, como teria se modificado a vida das mulheres, particularmente no que se refere à conquista de uma maior liberdade sexual. Uma questão trazida pela publicação foi a insatisfação decorrente da nova liberdade sexual, que não teria trazido a satisfação esperada. Elaboram-se críticas à mídia do período por enfatizar uma “revolução sexual” com fins comerciais e que, pelo contrário, teria proporcionado às mulheres mais opressão ao colocar sobre seus ombros toda a responsabilidade pela procriação. Segundo a publicação, agora existe a cobrança para que as mulheres tenham um posicionamento de disponibilidade sexual, em nome da liberação trazida pela “revolução sexual”. Agora era esperada uma nova forma de subjetividade feminina: a mulher “liberada”. Entretanto, sem a modificação das relações de poder entre os sexos isso poderia levar às mulheres a novas situações de subordinação, como serem pressionadas a ceder em determinadas situações em nome da “liberação sexual.”

Na edição nº4, um artigo de autoria de Maria Rita Kehl questiona a nova liberdade que a princípio teria se traduzido em um comportamento análogo ao comportamento masculino da parte das mulheres. Por falta de conhecimento em como seria vivenciar uma “liberdade” sexual as mulheres teriam adotado o modelo masculino ao tentar abandonar a “dupla moral” que dividia as mulheres em honradas e decaídas: “A dupla moral sexual nos oprimia, mas num primeiro momento só conseguimos desfazê-la adotando a mora! masculina. É claro, saímos da condição de oprimidas brandindo a lei do opressor (...) e tentando igualar-nos a ele” (MULHERIO, 1981, nº4, p22). De acordo com o jornal, as mulheres ainda não teriam encontrado a melhor forma de expressão de sua sexualidade e sua própria forma de vivência do prazer e do sexo, isso pode ser observado, por exemplo, quando as mulheres adotam uma forma de linguagem masculina para falar de sexo.

---

às tais técnicas indica o exercício de sua própria vontade, ou mesmo dos direitos reprodutivos. É importante considerar que muitas mulheres submetam-se passivamente a essas técnicas como forma de adequar-se aos papéis socialmente desejados e esperados das mulheres, sobretudo a maternidade, ainda considerada a expressão máxima da “feminilidade”. O desejo de ter filhos que socialmente é considerado “natural” para todas as mulheres pode leva-las a se submeterem a técnicas e tratamentos invasivos em nome de um desejo que pode ser fruto desta imposição social naturalizada pela cultura, ou seja, as mulheres são colocadas em situação de *vulnerabilidade moral* Diniz D, Guilhem D. Bioética feminista: o resgate político do conceito de vulnerabilidade. Revista Bioética, Vol. 7, No 2.1999, p.181-8.

A liberação sexual e a supervalorização da busca pelo prazer trouxeram novas frustrações às relações: surge a necessidade de vinculação do amor ao prazer. Antes a realização se centrava na esfera romântica afetiva. Agora, há necessidade de unir prazer e amor, trazendo frustração quando tal coisa não se efetiva. O sexo se tornou algo central e não apenas mais um dos vários aspectos do relacionamento. Por outro lado, ainda havia a permanência de valores conservadores, pois apenas quando acontece na esfera do amor o sexo se torna legítimo.

A publicação defendia a ideia de que a luta das mulheres deveria se pautar em uma busca por direitos dentro da diferença, pois homens e mulheres têm necessidades diferentes, isso se refletindo em todos os aspectos inclusive na sexualidade. A questão continua a ser trabalhada no número 6, em um artigo de Marilena Chiauú sobre corpo, no qual se defende que talvez o essencial seja descobrir o próprio sentido da liberdade e não apenas reivindicá-la:

“Não apenas reivindicar o direito ao uso do próprio corpo, nem apenas reivindicar os direitos da sexualidade e do trabalho como atividades harmônicas e complementares, nem reivindicar (como no caso do Brasil) leis que garantam a liberdade corporal. Mas indagar o sentido dessa liberdade, a possibilidade de autonomia numa sociedade fundada na heteronomia de todas as práticas sócio-culturais” (MULHERIO, 1982, n6, p9).

Ainda analisando os saldos das modificações culturais e trazidas pelo movimento feminista nos anos anteriores, *Mulherio* apresenta as primeiras discussões sobre masculinidade que posteriormente seriam desenvolvidas nas pesquisas sobre a construção da masculinidade e sua influência nas relações entre os gêneros, cuja principal expoente se tornaria a australiana Raewyn Connel<sup>19</sup>. No número 24, Flávia Rosemberg traz um texto de Elizabeth Badinter que faz reflexões sobre o que seria o novo “mal estar masculino”. Frente às novas exigências e comportamentos femininos, entre os homens teria surgido um “mal-estar” que surge da necessidade de repensarem seu papel, o modelo tradicional não mais se adequaria. “Presos entre o antigo modelo rejeitado pelas mulheres, e um novo modelo (o da androginia) que parecem temer, numerosos são os homens que reagem fugindo as mulheres e as responsabilidades familiares.” (MULHERIO, n°24, 1986, p.11).

---

<sup>19</sup> Inclusive, Connel contesta o conceito de “papéis sexuais”. De acordo com o pensamento da autora, não existiria na verdade um papel de masculinidade ou de feminilidade específicos. Sua obra de referência é: *Masculinities*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2ª ed., 2005.

O jornal utilizava bastante o conceito de “papéis sexuais” como forma de designar as identidades construídas para homens e mulheres. Era uma preocupação constante a questão de imposição de papéis sociais e sexuais para as mulheres, se tornando um tema recorrente nas publicações.

A sexualidade feminina seria condicionada por meio da imposição de identidades e comportamentos e papéis sexuais/ sociais femininos. O jornal trabalhava tal questão de diferentes formas. Como por exemplo, na edição número 29 que abordou o tema por meio da loucura feminina, considerando como a trajetória da mulher pela loucura sempre se articula com sua sexualidade. A sanidade ou loucura feminina sempre estaria relacionada ao cumprimento de determinado papel social essencial, cuja normalidade está diretamente relacionada à sua sexualidade e a seu corpo., Espera-se que a mulher seja a mãe de família educadora, que garante que os saberes da medicina e do ambiente escolar se cumpram no cuidado dos filhos e seja a que mantém a ordem familiar por meio de seu cuidado: “(...) a mulher cujo corpo ancora irremediavelmente na natureza, é exigido que se torne Razão na gestão da família.”(MULHERIO, 1987, n°29, p12)

O padrão de normalidade refere-se diretamente a sexualidade, não mais situada na esfera do pecado e da culpa, mas: “seu desejo estaria voltado para as funções naturais de procriação, e neste limite, comportaria o prazer aprisionado à cama conjugal na projeção da ideia da família feliz” (MULHERIO, 1987, n°29, p12). Ou seja, a loucura estaria relacionada às mulheres que fogem ao padrão de rainha do lar e/ou que ousam desvincular o sexo da relação afetiva e da esfera conjugal/familiar.

A publicação atenta para o fato de que esse modelo moralizador não se aplica a todas as mulheres. O que se espera de uma mulher branca de classe média não é o mesmo que se espera de uma mulher negra e/ou habitante de cortiços. Para esse nível a moral definida e esperada tolera a promiscuidade, a sexualidade precoce e mesmo a prostituição. São consideradas um “mal necessário” para a satisfação de outra “natureza”: a masculina, resguardando assim, as que são destinadas a serem boas mães de família dos desejos masculinos. A moral feminina está relacionada à inferioridade de sua condição social/racial. Permanece uma dupla moral imposta às mulheres: são classificadas como mães e moças de família ou decaídas e prostitutas.



A “dupla moral” continua a ser discutida pela publicação no número 34, que aborda como questão central a prostituição. O ponto de partida foi um encontro nacional realizado no *Centro de Artes Caloute Gulbekian*, Rio de Janeiro. Sob o tema Prostituição e Cidadania. Prostitutas se organizaram em um movimento pelo seu reconhecimento como categoria profissional. A idealizadora do movimento foi Gabriela Silva Leite, que em uma das matérias da edição relata sua experiência como prostituta. *Mulherio* discute o tema, apresentando tanto os argumentos a favor, como os que se posicionam contra a prostituição. A pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, Cristina Bruschini especializada em trabalho feminino, concorda que a prostituição entre nas estatísticas como ofício feminino, mas não que seja profissionalizada, “pois é uma função que seria melhor que não existisse” (MULHERIO, 1987, nº34, p8). O jornal relata que outros grupos feministas como o Conselho de condição feminina do Rio de Janeiro se posicionavam contra a profissionalização da prostituição por ser, nas palavras da presidente do Conselho Branca Moreira Alves a “expressão máxima da opressão da mulher” (MULHERIO, 1987, nº34, p.8). Uma das justificativas para essa posição contra a prostituição seria porque ela existia por ser considerada necessária na sociedade, para a preservação da família e “proteger” as mulheres de família dos instintos masculinos. Seria um símbolo e garantia da manutenção da dupla moral feminina entre mulheres: mulheres honestas e mulheres decaídas, ainda presente. A prostituição seria um espaço de transgressão consentida, ela existe para preservar a família.

Entretanto, o jornal apresenta depoimentos e argumentos dos que se colocam a favor da institucionalização, como a própria Gabriela Leite e outras prostitutas que declaravam ter o direito de escolherem seu meio de vida e ter liberdade sobre seu próprio corpo. Do meio acadêmico, a publicação traz a opinião do professor de psicologia Ricardo de Castro da PUC que pesquisava a prostituição do ponto de vista psicanalítico. Declara que a prostituição tem um potencial de mudança das relações de poder nos relacionamentos entre homens e mulheres, pois os papéis se inverteriam já que a prostituta teria um domínio da sexualidade raro entre as mulheres: “O homem que se depara com a prostituta é um homem mais desvelado, exposto em todos os níveis, inclusive em seu machismo e em sua perversão e seu medo de se apaixonar”. (MULHERIO, 1987, nº34, p.8) Todavia, como a prostituta é marginalizada, esse potencial se esvazia, por isso o discurso de cidadania e luta pela organização seriam importantes.

A institucionalização da prostituição era tão inquietante para as relações entre os sexos porque colocaria em questão a relação monogâmica, denunciando de certa forma seu fracasso. As militantes reivindicam seu direito à organização e seu direito de escolha, se posicionando contra programas de assistência que visam a “recuperação” das prostitutas como os programas realizados pela Igreja. Segundo a publicação, a prostituição é marginalizada e alvo de repressão tanto da Igreja, quanto da esquerda e da direita:

Durante muito tempo o pensamento conservador reduziu a prostituta a uma vagabunda, admitida no máximo como um mal necessário. A esquerda, por sua vez, a vê como decorrência das injustiças sociais que serão eliminadas quando se alcançar a sociedade ideal. A perspectiva de qualquer modo é sempre de repressão e reflete velhos princípios de moral cristã. Nega a prostituta a condição de sujeito, que faz uma escolha em determinada situação (MULHERIO, 1987, nº34, p.5)

As militantes do movimento acreditavam que a institucionalização da prostituição como profissão representava uma busca por cidadania. Havia também a necessidade de se combater a violência, constantemente presente no exercício da função. No período a AIDS começava a avançar no país, segundo o jornal isso se tornava um agravante na violência. O grande nível de desinformação e conseqüentemente de preconceito, em relação à doença aumentava o risco de violência contra as prostitutas, que eram consideradas pelo senso comum como transmissoras da doença por excelência.

O avanço da AIDS após meados da década de oitenta, se tornando um problema de saúde pública, fez com que o sexo se tornasse mais recorrente no jornal. A primeira vez que sexo foi tema de capa da publicação foi devido à discussão sobre a doença, na edição de número 30. Uma das questões principais é como o medo da AIDS consolidou uma virada nos costumes e um retrocesso na moral depois da contracultura e seus movimentos políticos de liberação dos costumes ocorridos nos anos sessenta e setenta. Quando se julgava que o exercício da sexualidade estava livre dos encargos de costumes e de preocupações com a contracepção pelo surgimento da pílula, agora uma nova sanção se exerce sobre a sexualidade: a responsabilidade cívica. Por seu meio de transmissão ser principalmente por via sexual, a AIDS se torna meio de instrumentalização moral. Entretanto, a publicação não considera a doença como o principal motivo dessa volta do conservadorismo, só veio reafirmar discursos políticos que já vinham sendo implantados:

A AIDS vem apenas consolidar um movimento já inscrito em um terreno abonado por pregações conservadoras que dominaram a década de 80 – o reaganismo, o thatcherismo, o Papa João Paulo II. Os fenômenos políticos conservadores – que se estenderam amplamente pela Europa Ocidental com o recuo ou a direitização da social democracia – tem suas raízes já na década passada, quando o capitalismo internacional entrou em um ciclo longo de caráter recessivo, depois da continuada expansão do pós – guerra. (MULHERIO, 1988, n°37, p.3)

A volta dos discursos conservadores que inclusive alguns mais religiosos qualificaram a AIDS como um “castigo divino ou da natureza” fez com que se fizessem apelos à volta do valor da família tradicional. A “problemática do adultério” também voltou com toda a força. A volta de tais discursos atingiu, sobretudo as mulheres que mal haviam conseguido colocar em discussão o direito de dispor de sua própria vida.

Mulherio critica o sensacionalismo com que a mídia tratava a doença, que em vez de proporcionar maior informação reforçava preconceitos, levando a uma “hipocondria sexual” que se refletia na fuga à pornografia e em uma valorização da sensualidade no lugar da sexualidade. Os governos além de faturarem em cima das consequências morais conservadoras agiam com irresponsabilidade criminosa ao não tomarem as medidas indispensáveis para saúde pública, desviam a atenção para as "ameaças": os chamados grupos de risco. Tudo levando a uma verdadeira criminalização do prazer.

A criminalização do livre exercício da sexualidade se refletia na crescente onda de violência contra homossexuais, que o jornal apresenta na mesma edição. Pelo preconceito e falta de informação eram considerados como transmissores da AIDS por excelência que precisavam ser eliminados. Isso podia ser observado na onda de crimes contra gays que acontecia no país desde 1984, que só ganhou visibilidade na mídia, segundo *Mulherio*, após o assassinato do diretor de teatro Luiz Antônio Correa que provocou uma mobilização entre a classe artística. Segundo a publicação, não era apenas o medo da AIDS que estava por trás desses crimes, na verdade a doença seria apenas uma justificativa de se reforçar os modelos adequados de sexualidade:

Parece que após um período de ilusórios impulsos da liberdade (movimentos pacifistas, feministas de liberação do corpo e do sexo) o machismo desponta novamente revigorado devidamente feroz contra os que não cumprem seus papéis.

Papéis especificamente sexuais presentes no senso comum, a AIDS sendo apenas uma justificativa. (MULHERIO, 1988, nº 37, p.4)

O jornal denuncia além da violência, o descaso das autoridades em desvendar os crimes cometidos contra homossexuais com a anuência da população que fechava os olhos por medo da doença, já que se acreditava serem os homossexuais seus transmissores por excelência. O jornal trazia assim toda uma discussão sobre a homofobia ainda que não utilize o termo, chamando os crimes homofóbicos de “crimes contra homossexuais” provocados pelo machismo. *Mulherio* sendo um jornal feminista se posicionava a favor do respeito à diversidade sexual e da busca por direitos pelo livre exercício da sexualidade. Eram constantes as divulgações de ações de grupos feministas que militavam pela causa homossexual. O jornal ao trabalhar as diferentes demandas para a elaboração da constituinte de 1988 apresenta a atuação do *Movimento pela livre orientação sexual* de São Paulo, que desejava reivindicar para a próxima Constituição a criminalização da discriminação relacionada à orientação sexual. (MULHERIO, 1986, nº25, p. 15)

Nas páginas de *Mulherio* podemos observar algumas leituras da sexualidade brasileira realizadas pelo feminismo acadêmico. Analisando as diversas matérias do jornal sobre sexualidade, se pode verificar que apesar de todos os avanços conquistados pelo movimento feminista ainda prevaleciam fortemente as relações de poder entre os sexos, que não foram eliminadas, *Mulherio* evidenciava a importância de se compreender que a condição feminina era construída socialmente por inúmeros efeitos discursivos que produzem significados sobre seus corpos e sexualidades, significados que podem e devem ser discutidos e desconstruídos. Discussão e desconstrução que são empreendidas pelo movimento feminista.

### **Considerações finais.**

Os movimentos de contracultura surgidos a partir da década de sessenta no EUA e Europa, ao contestarem as formas de organização da sociedade e os saberes hegemônicos propiciaram o ressurgimento na cena pública de inúmeros setores sociais subordinados, em especial o movimento feminista. Vimos como a análise de Herbert Marcuse sobre as formas de relacionamento trouxeram a importância de se abordar a sexualidade como questão política, inclusive impulsionando teoricamente esses movimentos de contestação. Anos antes, Simone de Beauvoir já havia demonstrado com suas reflexões sobre a condição feminina, que a chamada “natureza feminina” seria uma invenção e, conseqüentemente, sua condição de subordinação em relação ao homem. Seu pensamento, juntamente com a efervescência política nascida na contracultura, propiciou uma revitalização do movimento feminista, agora com um questionamento sobre as relações de poder desiguais entre os sexos e não mais apenas uma busca por direitos civis, como havia se caracterizado o feminismo de “Primeira Onda”.

Juntamente com o avanço do movimento feminista foi elaborada toda uma teoria que explicasse e desconstruísse a assimetria entre os sexos. Foi visto como a partir do pensamento de Beauvoir foram surgindo as primeiras análises sobre gênero, que inicialmente tinham como base estudos antropológicos. Tais estudos sofreram uma quebra de paradigmas a partir dos anos setenta, com a influência dos estudos de Michel Foucault sobre sexualidade, que afirma ser a sexualidade um saber sobre os indivíduos, histórica e socialmente construído e não algo relacionado a fatores biológicos ou naturais. Posteriormente, influenciando os estudos da área que desconstróem a dicotomia entre sexo e gênero que havia nas teorias de gênero anteriores. Sobretudo as análises de Judith Butler, que traz o próprio sexo para a discussão. Não apenas o gênero, mas o próprio sexo já seria em si uma concepção humana construída, ou seja, um “efeito discursivo”.

A experiência brasileira do movimento feminista de “Segunda Onda” se iniciou dentro de um regime de exceção. Foi visto que de acordo com a bibliografia analisada, a questão social e a situação política do país durante o regime militar interferiram diretamente no desenvolvimento do movimento feminista brasileiro que durante esse período viu-se voltado para atuar em questões sociais e na luta pela libertação do país da opressão, com as questões

especificamente feministas ficassem de lado no país, ao contrário do que acontecia nos EUA e Europa.

Sua atuação foi fundamental no processo para a redemocratização do país e na formação de uma nova linguagem de direitos humanos que se formou após o regime. O movimento feminista brasileiro apresentou grande flexibilidade em conseguir se adequar às novas conjunturas políticas que se formaram após o regime militar no período de redemocratização durante a década de oitenta. Foi um período de institucionalização do movimento feminista brasileiro, ainda que logo após o fim da ditadura tenha havido um retraimento em sua atuação em nível de mobilização como movimento de massas. Se, por um lado, a institucionalização provocou rachas no movimento, a flexibilidade apresentada pelo movimento em relação aos órgãos estatais possibilitou com que fossem atendidas reivindicações que atendiam às mulheres brasileiras. Avanços foram alcançados na esfera Legislativa como as modificações na Constituinte e na criação de políticas públicas que atendiam a diferentes necessidades das mulheres brasileiras. Embora algumas questões especificamente feministas, como a legalização do aborto, não apresentaram avanços devido a influência no país de setores conservadores e religiosos.

Foi muito importante o surgimento e avanço do “feminismo acadêmico”: as pesquisas e estudos feministas nas Universidades. Os estudos sobre a condição feminina no país foram expressivos despertando inclusive o interesse de agências financiadoras internacionais, com o Brasil se tornando referência nesses estudos na América Latina. As teorizações feministas e sua crítica à organização da sociedade, sobretudo em relação à assimetria de gênero trouxeram novos questionamentos não só para a formação de novas leis, mas na própria produção científica. Em relação à fonte escolhida, é constante em *Mulherio* uma espécie de balanço dos impactos dessa “revolução sexual” e da influência do feminismo na sociedade brasileira nos relacionamentos.

De acordo com a publicação, a liberação sexual feminina estava longe de ser uma realidade, na verdade as relações de poder desiguais entre os sexos permaneciam agora com a nova roupagem da “revolução sexual”, elas simplesmente se transformaram juntamente com a nova conjuntura cultural e política: foi propiciada uma liberação, mas isso não constituiu exatamente uma verdadeira liberdade para as mulheres. Tais relações de poder podiam ser observadas não apenas na dinâmica dos relacionamentos, mas também na identidade feminina

que ainda prevalecia: mulher destinada à maternidade e com toda a responsabilidade pelo cuidado dos menores e dos métodos contraceptivos, sendo muito importantes e frequentes na publicação as matérias que abordavam tais temáticas, como planejamento familiar e aborto. As matérias que discutiam as dificuldades em se conseguir avanços na legalização do aborto demonstram a permanência no ideal feminino relacionado à maternidade como destino obrigatório de todas as mulheres, que justificava os impedimentos a que a mulher decida sobre sua própria reprodução. As matérias sobre excessos em novos métodos de concepção artificial também demonstram a permanência de um ideal materno que leva as mulheres a se submeterem a técnicas muitas vezes invasivas para corresponder a esse ideal. O jornal denunciava o domínio do saber médico sobre o corpo feminino que justificava uma série de intervenções que levavam a um controle e sujeição para que se adequasse ao comportamento “normal” feminino, que permite classificar as mulheres. Entretanto, ao mesmo tempo em que denuncia a permanência dessas formas de sujeição, *Mulherio* apresenta formas de resistência a essas subjetividades impostas ao relatar não só as lutas das mulheres mas de outros grupos sociais. Tal fato pode-se observar, por exemplo, na matéria sobre a busca pela institucionalização da prostituição, ou ao relatar as lutas por direitos da parte de grupos homossexuais, que revelam uma busca diferenciada de novas formas de vida.

As leituras feitas por *Mulherio* nos fazem perceber, sobretudo a importância da produção teórica feminista e do seu crescimento no país. Contribuiu juntamente com o movimento em si, para significativas mudanças, especialmente a partir da constituição de um novo olhar sobre si e sobre o outro. Apesar de ainda existirem muitos pontos a se discutir, é evidente que o movimento proporcionou meios para a liberação feminina. Pode-se dizer que o feminismo trouxe um novo campo epistemológico e político, possibilitando a criação de modos específicos de existência. Agora, o que tenha talvez que ser considerado sejam as formas mais adequadas de construção de um caminho de liberdade para as mulheres. Ou antes, para os sujeitos, pois o feminismo ao questionar a dominação de uma epistemologia heteronormativa masculina na organização da sociedade, ainda proporcionou que outros grupos sociais pudessem se posicionar, recusando as subjetivações femininas ou masculinas que lhes são impostas.

### Referências bibliográficas.

ALVES, Branca Moreira. – PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo?* Ed. Brasiliense .São Paulo, 1982

BAHIANA, Ana Maria – RONDEAU, José Emílio. 1967; *O verão do amor*. O Globo, Rio de Janeiro.2000. Caderno 24, *O Globo 2000*. P.567

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo Sexo*. vol II- “Fatos e mitos” 4a edição. Tradução de Sérgio Milliet.Difusão Européia do livro, São Paulo.1970

Vol I “A experiência vivida” 2 edição. Tradução de Sérgio Milliet.Difusão Europeia do livro , São Paulo.1967

BETYY, Friedan. *A mística feminina*. Editora Vozes Limitada, Tradução de Áurea B. Weissenberg. Petrópolis, RJ. 1971

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. 2ª ed. São Paulo Editora Summus, 2009.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1990.BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Tradução de Renato Aguiar.Civilização Brasileira, Riode Janeiro.2003

CARDOSO, Elizabeth da Penha. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 12, p. 37-55, set/dez 2004

CONNELL, Raewyn. *Masculinities*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2ª ed., 2005/Políticas da Masculinidade. Educação & Realidade, v. 20, n. 2, pp. 185-206, 1995./

COSTA, Ana Alice Alcântara. *O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política*. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis, jan/julho 2005.

DINIZ D, Guilhem D. *Bioética feminista: o resgate político do conceito de vulnerabilidade*. Revista Bioética, Vol. 7, No 2.1999, p.181-8.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.



FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

FOUCAULT, Michel. "Soberania e Disciplina". In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999

FOUCAULT, Michel "Deux essais sur le sujet et le pouvoir", in Hubert Freyfus e Paul Rabinow, *Michel Foucault. Un parcours philosophique*, Paris, Gallimard, 1984, pp. 297-321)

*MICHEL FOUCAULT-Uma Trajetória Filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução: Vera Porto Carrero Introdução: Traduzida por Antonio Carlos Maia  
hi FOPÉNSÉ UNIVERSITÁRIA

GARCIA,Carla Cristina. *Breve História do feminismo*\_Ed. Claridade, São Paulo. 2011.

HELENE, Daiane. *A marcha das vadias. O corpo da mulher e a cidade*. Redobra, a. 4, n. 11, p. 68-79, 2013

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos. O breve século XX*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo:Companhia das Letras, 1999

HUMM, Maggie. *The dictionary of feminist theory*. Columbus: Ohio State University Press, 1990.

MARCUSE, Herbert. *Eros e a civilização-uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975

MEDEIROS. Laís de Almeida. "A mulher, que sempre falou pelos cotovelos, agora fala pela Constituinte" *A imprensa feminista e a Constituinte*. Monografia. Departamento de História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu. 2014

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Sociologia:o desafio de uma analítica*

*da normalização*. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182

Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf> Acesso: 02/05/2014

MUGGIATI, Roberto. *Estudantes nas ruas, imaginação no poder*. O Globo, Rio de Janeiro.2000. Caderno 24, *O Globo 2000*. pp570-571

MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio- História da mulher através dos tempos e Suas perspectivas para o futuro*. Ed. Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro, 1992.

NYE, Andrea. *Teoria Feminista e as Filosofias do Homem*. Ed. Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro, 1995.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo, editora Contexto, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2003.

RAGO, Margareth. *Os feminismos no Brasil: dos anos de chumbo à era global*. In: Revista de Estudos Feministas. Florianópolis, n. 3, jan/julho 2003

RIDENTI, Marcelo. *Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960 e 1970*. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. (orgs.) *Revolução e democracia (1964 ...)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007, pp.321-351. (Col. As esquerdas no Brasil)

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo*. Recife, 1993. Ed. SOS Corpo. Tradução; Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sônia Corrêa.

SARTI, Cynthia Andersen. *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória* in: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, maios/agosto, 2004.

SCOTT, JOAN. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989

Disponível: [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod\\_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf) acesso 02/ 05/2014

SIDARTA, Rodrigues de Souza. *A atuação do movimento feminista e a questão da legalização do aborto através das páginas do jornal mulherio. (1981 – 1988)*. Monografia. Departamento de História. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. 2006

TOSCANO, Moema-Goldenberg, Mirian. *A Revolução das Mulheres*. Ed. Revan. Rio de Janeiro, 1992.

WALKER, Rebecca. *Becoming the Third Wave*. [S.l.: s.n.], 1992.

**Sítios visitados:**

Ensaio de gênero. <http://ensaiosdegenero.wordpress.com>

**FONTES**

Jornais, consultados no site do Acervo Digital da Fundação Carlos Chagas.

<http://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/>

*Mulherio*, Março/Abril 1981, edição nº 0.

*Mulherio*, Maio/Junho 1981, edição nº01

*Mulherio*, Julho/Agosto 1981, edição nº02

*Mulherio*, Setembro/Outubro 1981, edição nº03

*Mulherio*, Janeiro/Fevereiro 1982, edição nº05.

*Mulherio*, Março/Abril 1982, edição nº06.

*Mulherio*, Maio/Junho 1982, edição nº07.

*Mulherio*, Julho/Agosto 1982, edição nº08.

*Mulherio*, Setembro/outubro 1982, edição nº09

*Mulherio*, Novembro/Dezembro 1982, edição nº10.

*Mulherio*, Janeiro/Fevereiro 1983, edição nº11.

*Mulherio*, Março/Abril 1983, edição nº12.

*Mulherio*, Maio/Junho 1983, edição nº13.

*Mulherio*, Julho/Agosto 1983, edição nº14.

*Mulherio* Março/Abril 1984, edição nº15.

*Mulherio* Maio/Junho 1984, edição nº16.

*Mulherio*, Julho/agosto 1984, edição nº17.

*Mulherio*, Setembro/outubro 1984, edição nº18.

*Mulherio*, Novembro/dezembro 1984, edição nº19.

*Mulherio*, Janeiro/Fevereiro 1985, edição nº 20.

*Mulherio*, Abril/Maio/Junho 1985, edição nº21.

*Mulherio*, Julho/Agosto/Setembro 1985, edição nº22.

*Mulherio*, Outubro/Novembro/Dezembro 1985, edição nº 23.

*Mulherio*, Janeiro/Fevereiro 1985, edição nº24.

*Mulherio*, Março/Agosto 1986, edição nº25.

*Mulherio*, Setembro/Outubro/Novembro 1986, edição nº 26.

*Mulherio*, Dezembro/Fevereiro 1987, edição nº27.

*Mulherio* , Março/Abril 1987, edição nº28.

*Mulherio*, Maio/Junho 1987, edição nº29

*Mulherio*, Julho 1998, edição nº 30.

*Mulherio* ,Agosto 1988, edição nº31.

*Mulherio*, Setembro 1988, edição nº32.

*Mulherio* , Outubro 1987, edição nº33.

*Mulherio* , Novembro 1987, edição nº34.

*Mulherio* , Dezembro 1987, edição nº35.

*Mulherio* , Janeiro 1987, edição nº36.

*Mulherio* , Fevereiro 1988, edição nº 37.

*Mulherio*, Março 1988, edição nº38.

## FIGURAS

Figura 1: Capa do jornal Mulherio, Ed. nº 30 jul 1987

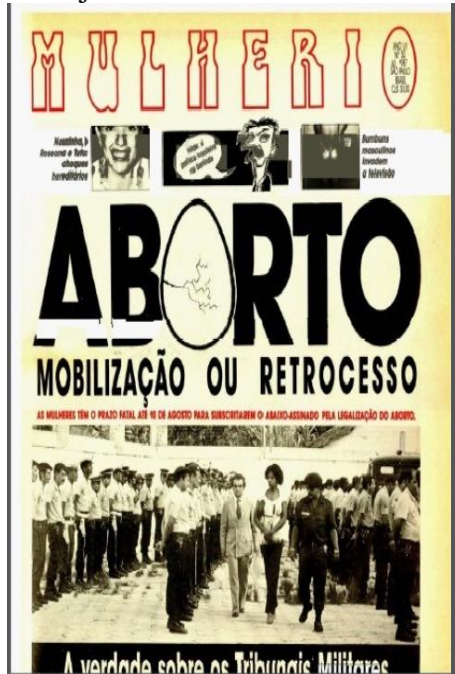


Figura 2: Capa do jornal Mulherio, Ed. nº 34 nov 1987



Figura 3: Capa do jornal Mulherio

Edº37 jan/fev 1986



Figura 4: Capa do jornal Mulherio, Ed nº 24

Março/agosto 1986





